



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**PERCURSOS DE VIDA DE TRABALHADORES DESEMPREGADOS
DE SETÚBAL**

- Mundo do Trabalho Em Mudança -

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa

Para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social

Por
Constantino Gonçalves Alves

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

Janeiro de 2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**PERCURSOS DE VIDA DE TRABALHADORES DESEMPREGADOS
DE SETÚBAL**

- Mundo do Trabalho Em Mudança -

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa

Para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social

Por

Constantino Gonçalves Alves

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

Sob orientação da Professora Doutora Teresa Líbano Monteiro

Janeiro de 2012

ABSTRACT

I decided to initiate the Mestrado de Serviço Social (Social Services Masters Degree) motivated by the desire of increasing, with scientific criteria, my own personal trajectory, one that is connected to the workers and those in need since 1978.

It was thrilling to be able to look upon my personal past experiences through the eyes of the theoretical foundations that were passed over to me through my teachers and consecrated authors. My perceptive horizons were widely deepened in both depth and amplitude through the learning of issues such as Globalization, Territorial and Communitarian Intervention, New Technologies, Changes in the Working World, Social Changes, Social Service and Investigation Methodologies.

It was mostly through the daily contact with the unemployed, their families and daily life, some of whom I've known since the early 80's - then as a blue-collar worker priest and Union Leader of Sindicato dos Metalúrgicos do Sul and today as a Minister working in poor neighborhoods of Setúbal - that I got motivated to write my dissertation on "Percursos de Trabalhadores Desempregados de Setúbal - Mundo de trabalho em Mudança".

I intended to know their trajectories, their paths, and understand how they went through them; which changes happened in their lives, families and society. It wasn't just about a simple intellectual and scientific curiosity, it was about acquiring the knowledge and tools to create more empathy and be able to do an efficient social work, one of quality, integrated in a society changing process.

I got to realize the union between their paths and mine, and an articulation between the roles of Priest and Técnico de Serviço Social (Social Worker).

I conducted, with depth, several interviews; i listened to a large number of testimonies of unemployed people and I read a lot of author's cases.

The conclusions to which I came brought me new data and interpellations.

RESUMO

Decidi iniciar o Mestrado de Serviço Social motivado pelo desejo de aprofundar com critérios científicos a minha trajetória pessoal ligada aos trabalhadores e pobres desde 1978.

Foi aliciante poder olhar, a partir dos ensinamentos que me eram transmitidos pelos professores e pelas fundamentações teóricas de autores consagrados, as matérias e experiências que tinha vivenciado. Assuntos como a Globalização, Intervenção Territorial e Comunitária, Novas Tecnologias, Mudanças no Mundo do trabalho, Mudança Social, Serviço Social e Metodologias de Investigação, entre outros, abriram-me novos horizontes em profundidade e amplitude.

Foi sobretudo o contato diário com trabalhadores desempregados e suas famílias no dia-a-dia, alguns dos quais tinha conhecido desde o início da década de 80, então, como padre operário e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul e atualmente pároco em bairros pobres e populares de Setúbal, que me motivaram a escrever a minha Dissertação sobre *“Percurso de Trabalhadores Desempregados de Setúbal – Mundo de Trabalho em Mudança”*.

Pretendi conhecer as suas trajetórias e percursos e perceber como as percorreram e que alterações se processaram em suas vidas, famílias e na sua vida em sociedade. Não se tratava duma simples curiosidade intelectual e científica, mas de me apetrechar de conhecimentos e ferramentas para criar mais empatia e prestar um serviço solidário eficiente, de qualidade e integrado num processo transformador da sociedade.

Fui-me apercebendo duma união existente entre os seus percursos e o meu, e duma articulação entre o papel de padre e o de Técnico de Serviço Social.

Realizei várias entrevistas em profundidade, escutei um número bastante elevado de testemunhos de desempregados e li estudos de muitos autores.

As conclusões a que cheguei trouxeram-me novos dados e interpelações.

DEDICATÓRIA

A todos os que ganham o pão com o suor do seu rosto

Aos que lavram os campos
E colocam sementes de dignidade e justiça
Aos companheiros que nas fábricas e oficinas,
Nas ruas e praças
Me envolveram na luta pelo pão e pelo trabalho

Aos homens e mulheres que estampam nos rostos

Olhares de amargura e desilusão
Aos que avaliam a vida pelo amor
E pela dádiva à esperança

Aos militantes, gente de coragem,

Que nos sindicatos e outras associações
Vivenciam a solidariedade e o combate
Aos que se recusam a aceitar as fatalidades e os destinos
E não vendem os seus ideais aos ventos do neoliberalismo
Nem se refugiam nas seguranças do poder

Àqueles com quem caminho na Fé e na Igreja dos pobres

Aos jovens da JOC e aos companheiros da LOC
Aos meus irmãos de sangue generosos e sacrificados
E aos outros a quem laços especiais me unem

Aos meus pais

Que me puseram na estrada da vida
Como quem corre ao encontro dum abraço

AGRADECIMENTOS

Àqueles que sabem que me ajudaram

E de quem recordo

O seu gesto,

A sua palavra

O seu apreço

Àqueles que me soletraram as primeiras letras

Aos mestres que lêem a vida com olhar de sábios

E do saber intelectual fazem uma dádiva

Como se de seus filhos se tratasse

Aos que no percurso do meu caminhar

Apenas, e, tão só, me deram um abraço.

E uma palavra final de gratidão à Professora Doutora Teresa Líbano Monteiro pela orientação científica, pelas preciosas correções e pela exigência de rigor ao longo deste Trabalho.

Palavras – chave utilizadas: Trabalho, precarização, desemprego, neoliberalismo, sindicatos, globalização, sofrimento

Siglas utilizadas – Explicitação

CAD – CENTRO DE APOIO A DESEMPREGADOS

CE – CENTRO DE EMPREGO

GIP – GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

CGTP-IN – CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES
PORTUGUESES – INTERSINDICAL NACIONAL

ETT – EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO

IEFP – INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ILE'S - INICIATIVAS LOCAIS DE EMPREGO

IMA – INDÚSTRIA DE MONTAGEM DE AUTOMÓVEIS

JOC – JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA

LOC/MTC - LIGA OPERÁRIA CATÓLICA/MOVIMENTO DE
TRABALHADORES CRISTÃOS

MDP – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS

OID – OPERAÇÃO INTEGRADA DE SETÚBAL

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

POC'S – PROGRAMAS OCUPACIONAIS

RSI – RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

SEF – SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

UE – UNIÃO EUROPEIA

ÍNDICE	1
Introdução	4
I – QUADRO TEÓRICO	11
1 - O mundo do trabalho em metamorfose profunda	11
1.1 - Profundas transformações em razão das crises cíclicas do capitalismo	12
1.2 - Do Estado Providência de “ <i>welfare!</i> ” ao neoliberalismo	12
1.3 - Os efeitos do neoliberalismo	14
1.4 – Novas formas de organização do trabalho	15
1.4.1– O surgimento da nova “questão social”	17
2.- Definição do objeto de estudo: o conceito de desemprego	19
2.1 - O diagnóstico sobre o tipo de desemprego contemporâneo	21
2.1.1 - O desemprego estrutural	21
2.1.2 – O aspeto peculiar do desemprego dos jovens	23
2.2 - Desemprego e trabalho precário e a sociedade salarial	24
3 - A questão da flexibilidade laboral e flexibilização	26
3.1 - As necessidades do mercado e novas formas de organização	29
3.2 - As novas tecnologias	31
3.2.1. - A intensificação da exploração do trabalho pelas novas tecnologias	31
3.2.2 - As novas tecnologias e a alteração da correlação de forças	32
4 - A “nova” centralidade do trabalho	32
4.1– O conceito de trabalho	32
4.2 – O trabalho continua a ter um estatuto de centralidade	33
5 - A globalização	35
6 – O Movimento operário e o enfraquecimento dos Sindicatos	37
6.1 – A “desfiliação”	39

II – METODOLOGIA	40
III – PERCURSOS DE VIDA DE DESEMPREGADOS DE SETÚBAL: efeitos do desemprego e sofrimento	44
1 - Apresentação e análise dos resultados das Entrevistas	44
2- “Histórias de Vida”	45
2.1 – Consequências do desemprego no “Self”/Identidade/Projeto de Vida	55
2.1.1 - Articulações dos efeitos do desemprego na identidade bem como nas relações sociais(isolamento)	57
2.2 - Consequências do desemprego na dimensão das relações familiares	58
2.3 - Desemprego e vida familiar. Efeitos na saúde e responsabilidade familiar	59
2.3.1 - A importância das “redes familiares” e interpessoais	59
3 - Desemprego e sofrimento	62
3.1 - Desemprego e sofrimento psíquico	62
3.2 - “Desemprego e sofrimento social”	63
4 - Consequências do desemprego na e vida social e política	64
4.1 - Mutações e vivências relativamente aos valores da união, solidariedade e justiça no percurso dos desempregados	64
4.1.1 – A análise circunscrita a trabalhadores com percursos de desemprego ou trabalho precário	65
4.1.2 - Valorização de ideais e “desfiliação”	66
4.1.3 - O caso dos trabalhadores com percursos de vida de trabalho longos	66
4.1.4 - O caso dos jovens e os contornos peculiares	67
4.2 - A centralidade do trabalho como referência económica e simbólica	69
5 – O desemprego, critérios e estratégias utilizadas para a recolocação no mercado de trabalho	69
6 - Desemprego, insegurança, isolamento social e dependência dos Serviços Sociais	73
6.1 - As políticas de “ativação” para os desempregados	73
6.2 - Debilidade dos mecanismos protetores oficiais para os desempregados	75
6.3 - A ação das instituições civis e religiosas no apoio aos desempregados	76
7 - Fatores importantes nos percursos de vida dos desempregados	77

8 - Os Sindicatos como instrumento insubstituível no combate ao desemprego	78
9 - O Serviço Social como apoio à inserção social dos desempregados	79
IV – CONCLUSÃO	81
V – BIBLIOGRAFIA	85
VI – ANEXO	90

INTRODUÇÃO

O tema da minha Tese, “**Percursos de trabalhadores desempregados de Setúbal**”, é pertinente e de especial interesse pela importância das realidades que estuda, pela centralidade do trabalho na vida dos homens nas sociedades atuais e pela acuidade de que o desemprego e a precariedade laboral se revestem nos dias de hoje.

Neste “Mundo de Trabalho em Mudança”, interessou-me, de sobremaneira, estudar percursos de trabalhadores de Setúbal, atualmente **desempregados**, em **trabalho precário** ou **reformados**, a forma como têm lidado com estas situações e que **compreensões têm** delas, de modo a conhecer e caracterizar suas **vivências**, **estratégias** de sobrevivência, **recolocação no mercado de trabalho** e as **repercussões** nas trajetórias de suas vidas a nível profissional, pessoal (*“self”*), familiar, associativo e político.

Também era de meu interesse, conhecer o **papel dos mecanismos institucionais** protetores em suas vidas e das diversas **redes de solidariedade**.

Sinto-me um observador privilegiado destas realidades, pois a todo o momento, entro em contacto com famílias tocadas pelo desemprego e pela crise económica e que me procuram para um apoio solidário relativo às suas necessidades primárias, alimentação, renda de casa e saúde. São homens e mulheres, de todas as idades, desempregados, em trabalho precário ou reformados. Exerçeram as mais variadas profissões. Contam histórias de vida, percursos de trabalho ou de precariedade que nos fazem estremecer.

1 - Objetivos da Dissertação

São três os objetivos a que me propus nesta Dissertação:

- Um objetivo geral (**científico**): **pesquisar e identificar**, em traços gerais, as principais mutações acontecidas na estrutura económica e no tecido industrial com enfoque especial na metalurgia e metalomecânica nas últimas três décadas no distrito de Setúbal e conhecer e analisar percursos, vivências e desafios vividos por trabalhadores nesse contexto de profundas mutações.

De forma particular, a **pesquisa incidirá sobre aspetos de vida, nos planos profissional, pessoal, familiar, associativo e político**.

- Uma **finalidade prática**, que visa o aprofundamento dos processos vividos na condição de dependente e assalariado nos sectores mais vulneráveis da população e refletir

sobre os novos enquadramentos laborais, sócio laborais e sociais e valores associados que importa defender, e promover atitudes e práticas em contextos novos, tendo presente uma opção de análise crítica quer no campo económico e sociológico como também no Serviço Social.

- E uma **razão pessoal**:

Recordo o dia 2 de Fevereiro de 1978 como uma data fundamental que marcou o estilo e identidade do meu percurso de vida. Pela primeira vez na vida, vestia um fato-macaco e dirigi-me para um pequeno estaleiro naval no interior da antiga CUF (Companhia União Fabril) no Barreiro. Foi a entrada num “mundo novo”, a realidade operária, de que ouvia falar, mas cuja realidade, características e problemáticas apenas conhecia “pelos livros”. Tinha feito o Curso de Teologia mas com um desejo enorme de dedicar a minha vida aos pobres.

A minha origem radica-se numa família de pequenos agricultores do Norte, mas desde os primeiros anos da minha vida que recordo imagens, quase “fantasmas” de grupos de homens, mineiros das minas de carvão do Pejão, (Empresa Carbonífera do Douro), concelho de Castelo de Paiva. Passavam de manhã, de regresso as suas casas, por pequenos “carreiros” pelo meio dos montes, outrora pejados de pinheiros. Vinham negros, com os olhos avermelhados e brilhantes. Sem tomarem banho, tal como saíam das profundezas da terra, faziam desde a saída da Mina, duas horas a pé para suas casas.

Nesse dia 2 de Fevereiro, por opção de projeto de vida fui trabalhar como servente a picar ferrugem em barcos, carregar ferro e pintar o seu interior. Apercebi-me de que sabia muitas coisas, filosofia, teologia, latim, grego..., mas não sabia dar uma pancada forte com um martelo, soldar ou cortar chapa. De nada me valiam os conhecimentos teóricos! Tive de aprender a linguagem dos jovens operários e a falar doutras coisas. Conheci as condições de trabalho duras, sem proteção de higiene e segurança, levar a comida na marmita e aquecê-la num latão que fora de alcatrão. Fui-me deixando apaixonar por esse mundo, pelas suas pessoas, pelas suas realidades, pelos seus problemas e suas organizações. Adquiri, posteriormente uma formação profissional de fresador mecânico e numa empresa em Setúbal fui eleito delegado sindical.

Em inícios da década de oitenta, bem conhecida pelo escândalo dos “salários em atraso”, onde o Bispo D. Manuel Martins levantava a sua voz em defesa dos trabalhadores castigados pela fome, fui eleito Dirigente Sindical do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul.

Coordenei durante oito anos a sua atividade na região de Setúbal, realizei centenas de reuniões e plenários de trabalhadores. Cada vez mais me fui inserindo nesse mundo, ao mesmo tempo que assumia as suas causas, lutas, valores, contradições e anseios. Como Assistente Nacional da JOC, durante 9 anos, envolvi-me mais de perto na caminhada com os jovens trabalhadores.

Desde o ano 2000 sou pároco numa paróquia em bairros operários e pobres de Setúbal, sócio e fundador de algumas coletividades.

Foi a continuidade deste percurso que me levou a inscrever-me no Mestrado de Serviço Social para me dotar duma capacidade mais científica para ler e interpretar a vida e condição dos trabalhadores assalariados ligados ao sector industrial, mas não só! Sentia que as novas ferramentas de que me ia dotar me iriam servir para uma mais eficiente e qualificada ação e intervenção no seio dos pobres e excluídos. Toda esta experiência quero incorporar neste trabalho de pesquisa como estudo empírico, (salvaguardados os cuidados adequados de distanciamento) o que significa uma observação participante nos processos sociais.

Sob a orientação da Professora Dr.^a Teresa Líbano Monteiro, pareceu-me muito cativante descobrir e/ou refletir sobre percursos de alguns trabalhadores de Setúbal, alguns dos quais conheço há dezenas de anos, consciente de que a complexidade das questões abordadas excluem qualquer ingénuo pretensão dum aprofundamento exaustivo.

2 – Organização do Trabalho e Metodologia

- O meu Trabalho está dividido em Capítulos: Introdução, Quadro Teórico, Opções metodológicas, Questões de Pesquisa, Resultados e Conclusão, sendo completado por alguns anexos.

- Recorri como metodologia a um **estudo qualitativo** em que entrevistei em **profundidade** trabalhadores no ativo, desempregados ou em trabalho precário, de géneros, gerações, ramos e sectores de atividade diferentes. Ela permite-me **conhecer e perceber em profundidade** o objeto do meu estudo.

- A análise constituiu-se no **levantamento** e exploração de alguns temas básicos presentes nas entrevistas: **estratégias de sobrevivência** adotadas pelos trabalhadores desempregados ou em trabalho precário, em processos de reconversões industriais, falências e encerramento de empresas, tipo de vínculos laborais, salários e condições de trabalho, formação e reconversão profissional, associativismo sindical e político, e a **profundidade das vivências** nas dimensões económica, familiar, política e associativa e pessoal (“*self*”).

Estes temas estiveram presentes em cada entrevista, de modo que se pudessem conhecer as formas particulares através das quais os trabalhadores lidam com estas questões.

- Percebi que os problemas enfrentados pelo mundo do trabalho, atualmente, são muito mais profundos e complexos do que o simples aumento do desemprego, supostamente devido ou a eventuais razões conjunturais (recessão) ou à rigidez da organização e das relações de trabalho.

Na verdade, sua origem encontra-se no rompimento do padrão de desenvolvimento do pós-guerra, realizado a partir da década de 80, cujos efeitos têm vindo a ser ampliados com a recente recessão económica e crise financeira num quadro de globalização e processos utilizados pelo capitalismo como sua estratégia de sobrevivência.

- Pude constatar a importância da existência de redes de relações de que o trabalhador faz parte para as estratégias de sobrevivência e recolocação no mercado de trabalho, da formação profissional e do recurso a instituições de solidariedade. Verifiquei que as estratégias de sobrevivências atuais são basicamente as mesmas do passado, embora estas se mostram menos eficazes devido às maiores dificuldades que o mercado de trabalho tem imposto nas últimas décadas.

- No decorrer da investigação, foi crescendo a minha convicção de que no atual contexto de crise global nas suas vertentes económicas, financeira, cultural e ética, necessariamente o **desemprego e a precariedade assumem relevante e peculiar atenção** quer pelas elevadas e assustadoras percentagens que assume, nomeadamente em Portugal (13,2% de desempregados e mais de 900.000 em trabalho precário) quer por não se apresentar como uma realidade passageira no mundo do trabalho. Contrariando conceções neoliberais, para quem o desemprego se enfrenta com a autorregulação do mercado de trabalho, ele deve entender-se dentro de um contexto mais amplo como refere Castels, Robert. (1995)

3 – Quadro Teórico

O quadro teórico em que se inscreve a minha Dissertação e que o fundamenta recorre a autores diversificados, estudos e pesquisas anteriores e à minha própria experiência de observador participante.

Autores que convoquei para ilustrar e fundamentar o meu Trabalho

Para a prossecução dos meus objetivos recorri a um quadro teórico na base de autores “clássicos”, nomeadamente, Karl Marx, Weber e os neomarxistas Poulantzas e Wrigt, Castels e Bourdieu que são basilares no meu quadro conceptual pela luz que lançam sobre os processos de mudança que atravessam o mundo do trabalho e da vida dos trabalhadores que estudei. Recorri também a outros autores:

- **Estrangeiros** – Dowbor “Crise financeira, risco e oportunidades”, em Economia Global, Jean-Yves Calvez (“Nécessité du travail”) e Amartya Sen

- **Portugueses**, José Maria Carvalho Ferreira, Boaventura Sousa Santos, Elísio Estanque, Ana Paula Marques, Alfredo Bruto da Costa, Manuela Silva, Ferreira do Amaral, João Ferreira de Almeida e Manuel Carvalho da Silva, a consulta a trabalhos académicos sobre Setúbal, de Marinus Pires de Lima,

- **“Trabalhos Académicos sobre Setúbal”** de Maria Teresa Rosa Serôdio (Tese de doutoramento sobre “Relações sociais e sindicalismo em Setúbal”1996), a **obras** dos doutores Paulo Alves, Luísa Oliveira e Manuel Carvalho da Silva, “O Sindicalismo os desafios da globalização” (Tese de doutoramento),

- **Trabalhos e Entrevistas** de atores sociais e científicos privilegiados, Dr.Mil Homens (ex-coordenador da OID), D. Manuel Martins, bispo emérito de Setúbal e diversos sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores.

Foi a partir destes diversos autores e atores sociais que fui percebendo e fundamentando do ponto de vista científico os processos de transformação do mundo do trabalho em que se inscreviam os percursos dos trabalhadores entrevistados.

- Recorri também na construção do meu quadro conceptual a outros dispositivos e contributos:

- O conhecimento por experiência

Segundo Charles Wright Mills, os *“melhores pesquisadores não separam o seu trabalho da sua vida. Levam os dois aspetos muito a sério e utilizam cada um para enriquecer o outro”*.

Os dados da experiência, segundo L. Strauss não *“devem ser ignorados”* e acrescenta: *“mergulhem na vossa experiência porque aí existe potencialmente ouro!”*

Considero que a minha experiência de “padre-operário” e de Dirigente Sindical dos Metalúrgicos do Sul durante a década de oitenta e o contacto que tenho mantido com trabalhadores e organizações sindicais me trazem um contributo muito válido para este estudo.

- As teorias e as pesquisas existentes

A segunda fonte para o meu quadro conceptual é constituída por teorias existentes, no sentido de que as teorias significam um conjunto de conceitos e de relações propostas entres eles, uma estrutura que supostamente represente ou “modelise” qualquer coisa. Para Maxuell a forma mais simples de teoria é a “teoria dos discos”, isto é, de dois conceitos ligados por uma proposta de relação.

- As cartas conceptuais

As cartas conceptuais, como a teoria que elas representam são uma imagem do “território” que quero estudar. Trata-se duma visualização da teorização em curso – uma imagem do que pensamos acerca do fenómeno que queremos estudar. Recorri a inúmeras “memórias” não apenas a partir dos processos de mudanças no tecido industrial de Setúbal como também do dia-a-dia.

- O recurso a pesquisas anteriores - O recurso a pesquisas anteriores pertinentes ajudou-me a desenvolver uma justificação do meu estudo, para demonstrar como ele é importante ou relativamente a uma questão sem resposta e também a esclarecer as minhas decisões acerca dos métodos e, ainda, foram uma fonte de dados para testar ou modificar as minhas teorias.

- Os estudos preliminares

Estes estudos serviram-me para testar as minhas ideias ou métodos e para explorar as suas implicações ou para desenvolver a teoria aí contida e para produzirem uma compreensão dos conceitos desenvolvidos pela população que estudei.

- As intuições

As minhas intuições foram muito úteis para testar a minha teoria atual para problemas lógicos e produzir novas ideias teóricas. Elas encorajaram-me à criatividade e ao sentido da exploração e me ajudaram a tornar explícito o meu conhecimento.

Em resumo, **a experiência, as teorias, o recurso a pesquisas anteriores e a estudos preliminares e a intuição constituem as principais fontes do meu quadro conceptual.** O desafio que enfrentei foi o da integração interna destes elementos e ao mesmo tempo com as finalidades da pesquisa.

4 – Elaboração de questões de pesquisa

As várias questões de pesquisa que constituem o objetivo científico do meu trabalho referem o que considero passar-se de mais relevante nos percursos de vida dos trabalhadores entrevistados e que são, certamente, ilustrativos dum universo muito amplo.

As questões de pesquisa foram elaboradas a partir do cruzamento dos objetivos e do quadro teórico que coloquei para me ajudarem a conhecer a compreensão que os trabalhadores entrevistados têm das suas vivências e processos.

Este processo não foi imediato nem simples pois eu tinha **como objetivo articulá-las com os outros elementos do modelo de pesquisa** estando, assim, por isso, intimamente ligadas aos objetivos, ao enquadramento conceptual, à metodologia e técnica.

As questões de pesquisa incluem **lógicas de ação** que são desenvolvidas pelos indivíduos para lidar com a privação de emprego, precariedade, vulnerabilidade e incerteza do futuro, vivências, atitudes e comportamentos, **a continuidade ou não da centralidade do trabalho** nas sociedades atuais, **alterações** que se processem relativamente aos valores da união, solidariedade, justiça, direitos sociais, consciência coletiva e empenhamento em ações militantes pela construção duma sociedade sem exploração do homem pelo homem, **as repercussões das mudanças no mundo do trabalho sobre a juventude** ao nível dos seus projetos profissionais e pessoais, e o **papel do Serviço Social** neste contexto de mutações do mundo do trabalho.

I – QUADRO TEÓRICO

O meu quadro conceptual é a maneira através da qual exprimirei o que penso acerca do que se passa com os fenómenos que estudo – um ensaio de teorização do que se produz e das razões pelas quais isso se produz. A função destas teorias permitirá dar forma ao resto do meu modelo para ajudar a avaliar as finalidades, a desenvolver e a escolher questões e métodos de pesquisa, apropriadas, realistas e a identificar potenciais ameaças de invalidade das minhas conclusões.

Inscreverei o meu quadro conceptual num vaivém entre a empiria e a teoria. A sua estrutura e concordância global são o produto da minha elaboração e não um dado preexistente em que isso é claro nas questões de pesquisa e nas referências que faço a mudanças no mundo do trabalho e a autores, nomeadamente Marx, Weber, Castels, Bourdieu e outros e a desafios ao Serviço Social.

1 - O mundo do trabalho em metamorfose profunda

O mundo do trabalho, no decorrer do século XX, passou por profundas transformações em razão das crises que ocorreram no interior do sistema capitalista, pelo desenvolvimento das forças produtivas, da inovação e incremento tecnológico, da mundialização/globalização da economia, da concorrência apoiada no neoliberalismo, da maciça entrada das mulheres no mercado de trabalho e dos fluxos migratórios de África, Ásia, Leste da Europa, Médio Oriente e América do sul.

Entre os trabalhadores emigrantes destacam-se os norte-africanos em Espanha, os turcos na Alemanha, os albaneses em Itália, os asiáticos no Reino Unido e em Portugal, segundo o Relatório Anual (2010) do SEF, residem cerca de 445.262 estrangeiros. O mesmo Relatório regista que atualmente os romenos, com 36.830 pessoas, constituem 8,27 por cento dos estrangeiros residentes em Portugal, só sendo suplantados pelas comunidades brasileira (119,195 pessoas, correspondentes a 26,81 por cento do total de imigrantes), Ucrânia (66.794 pessoas, que representam 11,12 por cento do total estrangeiros no país) e Cabo Verde (as 43.510 registadas correspondem a 9,88 por cento da imigração).

1.1 - Profundas transformações em razão das crises cíclicas do capitalismo

As ideias neoliberais nascentes no fim da Segunda Guerra começaram a ganhar vulto nos anos de 1970. Segundo Ivo Lesbaupin, a economia liberal entra em franco desenvolvimento com a Margareth Thatcher, em 1979, primeira ministro da Inglaterra, cujas ideias rapidamente foram assimiladas e seguidas por outros países ocidentais, nos Estados Unidos, com o governo Reagan, em 1980; na Alemanha, com o governo Kohl, em 1982, Felipe Gonzalez, na Espanha e em Portugal com o Bloco Central de Mário Soares e Mota Pinto e mais tarde pelos governos de Cavaco Silva e os que lhe têm vindo a suceder. Passa, assim, a perfilhar-se mais iniciativa privada e menos Estado, o que permite, o crescimento de maior acumulação e concentração do capital e mais lucros nas mãos de muito poucos.

A filosofia neoliberal enformou os processos produtivos, organização e comercialização, com liberdade de movimentos em todos os campos da vida social, tudo submetido à lógica e interesses do capital privado, submetendo a finalidade da economia quase exclusivamente ao lucro.

Estas ideias defendidas por Hayeck, criticavam o Estado de “*bem-estar social*”, pois a política de intervenção estatal keynesiana assim como a política constitutiva do Welfare State baseada no Plano Marshall (destinada aos países europeus) começavam a desgastar-se.

1.2 - Do Estado Providência de “welfare!” ao neoliberalismo

Em resposta à crise de 1929, o Keynesianismo defendia a mudança da relação do Estado com o sistema produtivo de maneira a romper parcialmente com os princípios do liberalismo e a combinar com as mudanças intensas no mundo da produção (fordismo) e com os novos produtos e processos de produção (taylorismo). O Estado que agia como “árbitro aparentemente imparcial” das disputas entre as duas principais classes sociais do sistema capitalista, patronato e trabalhadores – (pois defendia de facto os interesses gerais do capital) passou a atuar com mais visibilidade e força no apoio e defesa dos interesses do capital e do sistema capitalista.

Um breve olhar sobre este percurso histórico, em termos de desenvolvimento social e económico e bem-estar, permite dizer que após a segunda grande guerra mundial até 1974, as sociedades mais desenvolvidas neste período, anos designados como os “*trinta gloriosos anos*”, pareciam ter alcançado o tão almejado progresso: a recuperação e

desenvolvimento económicos nunca, em época alguma da história da humanidade, tinham sido tão grandiosos e significativos. Praticamente não havia desemprego e, se havia algum desemprego, era apenas desemprego técnico, isto é, não deixava de haver trabalho para todos. Para Elísio Estanque (2007), o que não existia (era o emprego que as pessoas procuravam, o que aliás aconteceu em Portugal nos anos noventa do século XX, e que levou a fazer um apelo à mão de obra imigrante, sendo que a mão-de-obra portuguesa idêntica ia para países estrangeiros em busca de salários mais elevados.

Durante os “*trinta gloriosos anos*” como quase toda a gente trabalhava e a esperança de vida era menos elevada, as reservas da Segurança Social estavam praticamente recheadas e capazes de assegurarem muito mais benefícios sociais para todos, quer do ponto de vista familiar e social quer de saúde, como se verificou, por exemplo, nos USA, países nórdicos, na Alemanha, França, Holanda e Suíça, entre outros. Foi durante esta fase que os operários puderam aceder em larga escala aos bens de consumo.

Mas o mundo do trabalho, no decorrer do século XX, passou por profundas transformações em razão das crises cíclicas que ocorreram no interior do sistema capitalista, pelo desenvolvimento das forças produtivas, da inovação e incremento tecnológico e da mundialização/globalização da economia e da concorrência apoiada no neoliberalismo.

As crises petrolíferas de 1973 e 1978 vieram a provocar um rude golpe em todas as economias ocidentais, o que se veio a refletir no desemprego e, com ele, o aumento da pobreza e da exclusão social que nunca mais pararam, apesar de algumas retomas económicas em curtos períodos de tempo.

Simultaneamente, cresce o impacto da tecnologia e uma menor necessidade de mão-de-obra, o que é um contrassenso, pois, as novas tecnologias criadas pelo homem para o aliviar se voltam contra o que são, por vezes, as necessidades do próprio homem, colocando-se apenas ao uso e exploração de muitos por uns quantos, sujeitos à decisão e arbítrio dos possuidores desde novo capital! Paradoxo, as novas tecnologias, expressão do conhecimento, do saber científico e do progresso transformam-se em pesadelo para milhões de seres humanos!

A filosofia neoliberal enformou os processos produtivos, organização e comercialização, com liberdade de movimentos em todos os campos da vida social, tudo submetendo à lógica e interesses do capital privado. O Estado que agia como “árbitro aparentemente imparcial” das disputas entre as duas principais classes sociais do sistema

capitalista, patronato e trabalhadores – (pois defendia, de facto, os interesses gerais do capital) passou a atuar com mais visibilidade e força no apoio e defesa dos interesses do capital e do sistema capitalista.

O neoliberalismo, surge, pois, como uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar e ainda contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado.

Mas o certo é que a actual crise económica nacional e internacional é uma das crises económicas globais mais profundas de sempre e na sua origem está uma combinação letal de desigualdades, de especulação financeira, de mercados mal regulados e de escassa capacidade política.

1.3 - Os efeitos do neoliberalismo

Segundo Bruno Palier (2008) os efeitos do neoliberalismo estão bem patentes, pois em vez do bem-estar para todos que aconteceu nos “*Trinta gloriosos anos*”, são os sistemas de proteção social da Europa continental os mais firmemente baseados na industrialização e que conheceram esse progresso social, os que se debatem com maiores dificuldades.

Esta grande transformação pode interpretar-se como uma crise dos modelos socio-económicos que afetam as sociedades da pós-modernidade. As sociedades ultramodernas não conseguiram, cumprir as promessas trazidas pelo liberalismo e mais tarde pelo neoliberalismo: oferecer ao conjunto da sociedade a autonomia do indivíduo e a igualdade de direitos.

Uma sociedade não se pode fundamentar exclusivamente num conjunto de relações contratuais, assentes sobretudo na economia liberal, entre indivíduos iguais, porque exclui todos aqueles, em primeiro lugar os trabalhadores, cujas condições de existências não podem assegurar a independência social necessária para poderem entrar em paridade numa sociedade contratual.

Não se poderá, todavia, concluir com absoluta convicção, que o sistema económico vai mudar, só porque a economia neoliberal se veio a revelar um falhanço. E mesmo que tal acontecesse, embora a profunda crise económica em que estamos mergulhados e as medidas políticas e sociais que estão a ser tomadas no quadro nacional e europeu, nomeadamente, não augurem um futuro promissor de bem-estar, pelo menos, a curto prazo, não existe qualquer garantia de mudança de paradigma dos atuais modelos de

desenvolvimento económico e social. Se assim for, continuará a aprofundar-se o fosso das desigualdades sociais e a célebre questão social do século XIX não só vai manter-se, como aprofundar-se, e adquirindo novas modalidades e contornos.

1.4 – Novas formas de organização do trabalho

Após a 2ª Guerra Mundial os países avançados desfrutaram de um grande avanço tecnológico. Estabeleceram-se nestes mesmos países as normas de produção, o padrão de consumo e as relações trabalhistas baseadas nos padrões de desenvolvimento norte-americano. Segundo Mattoso (1994) a conjuntura permitiu o crescimento do capitalismo, acompanhado de pleno emprego e fortalecimento das relações de trabalho.

As mudanças ocorridas no, final década de 1970, na Europa e durante os anos de 1980, nos Estados Unidos, trouxeram novas técnicas e formas de organização do trabalho, mas estas nem sempre eram padronizadas e apropriadas à produção em massa, devido à sua complexidade e adaptabilidade.

Algumas empresas entraram em processo de falência ou tentaram uma nova reestruturação para responderem à competitividade e ao atendimento de uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado, nomeadamente as que investiam em alta tecnologia. O padrão de desenvolvimento do pós-guerra sofreu uma rotura a partir das décadas de 60 e 70, sendo seus efeitos sentidos muito mais intensamente nos anos 80.

Além das novas formas de gestão do processo produtivo, a reestruturação contou também com novas maneiras de coordenar o processo de trabalho, o que proporcionou ao sistema de produção um trabalhador mais qualificado. Este podia executar um maior número de funções em menor tempo, por meio de uma equipa, por célula de produção, por trabalhos por objetivo”, ou por grupos semiautónomos, com uma estrutura produtiva horizontalizada e desconcentrada.

Dentre estes novos métodos de gestão do processo produtivo e do processo de trabalho, o maior destaque foi o do modelo toyotista, conhecido também como “modelo de fábrica mínimo”. O toyotismo correspondeu a esse novo modelo de reestruturação da produção, que era mais flexível, diversificado e horizontal para que o conhecimento e a informação se expandissem. Nasceu no Japão e foi sendo implantado na Toyota desde a década de 50 aos finais da década de 70 e disseminou-se pelo mundo a partir do início dos anos 90.

A Terceira Revolução Industrial (ligada ao uso mais intenso da informática) e a nova configuração do capitalismo mundial (deixando de ser eminentemente de tipo industrial para tornar-se predominantemente financeiro), seriam os dois principais motivos que levaram à quebra do padrão de desenvolvimento anterior. Com isso estabeleceu-se uma nova ordem produtiva, contendo outro modelo tecnológico e novas relações entre o capital e o trabalho.

Mattoso (1994) refere que este novo padrão de desenvolvimento permitiu o surgimento de um novo modelo de trabalhador, mais qualificado, polivalente e competitivo. Portanto, o surgimento daquele novo trabalhador teve como contrapartida uma crescente massa de trabalhadores que, perdendo seus antigos direitos e não se inserindo de forma competitiva, ainda que funcional, no novo paradigma tecnológico, tornou-se desempregada, marginalizada ou empregada sob novas formas de trabalho e qualificação, em relações muito precárias e não padronizadas. Desta forma, observou-se a maior fragmentação e heterogeneidade do mundo do trabalho, com o rompimento de diferentes formas de defesa ou de segurança do trabalho constituídas no pós-guerra

Mas este novo modelo de trabalhador é apenas uma parte do processo. Simultaneamente o capital financeiro (carregando a bandeira da globalização) investiu contra as relações de trabalho. Este capital buscou reestruturar-se em nome da maior competitividade e globalização internacional, movendo-se contra o trabalho organizado. Tratou-se dum objetivo concentrado de questionamento sobre uma série de direitos ou conquistas dos trabalhadores e das sociedades democráticas contemporâneas.

E ainda, no seguimento de Mattoso (1994) podemos considerar que se reverteu o longo período de realinhamento da relação capital/trabalho e gerou-se uma crescente insegurança e desestruturação do trabalho.

Os efeitos desta nova configuração mundial da relação capital/trabalho podem ser sentidos como aquilo a que se convencionou chamar “desemprego estrutural”, gerando gravosas consequências sobre a população que não consegue enquadrar-se neste novo paradigma do capitalismo.

Nos últimos dez anos as empresas tiveram um aumento real nos seus lucros, mas o desemprego cresce sistematicamente. O sector terciário, que poderia ser uma possível saída para o desemprego nas indústrias, encontra-se igualmente automatizado. Perde-se, assim, a ilusão de que ele iria absorver a mão-de-obra excedente. Deste modo, tanto a

automatização como as tendências da subcontratação são irreversíveis, porque se baseiam na sólida lógica de mercado: menores preços e maior qualidade no produto final.

Dentro deste contexto, agravou-se a situação de deterioração da distribuição dos rendimentos do trabalho e o aumento da pobreza. É, por isso, que o problema da pobreza e da exclusão social não se resume, apenas, à diminuição de vagas no mercado de trabalho.

1.4.1 – O surgimento da “nova questão social”

É decorrente destas transformações e da sua incidência nos trabalhadores que surge aquilo que se designa como nova “questão social”

A “nova questão social” caracteriza-se por *“uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto”* (Castels, 1998: 41) e continuando o seu pensamento afirma que *“trata-se de um contingente sem força de pressão, ou potencial de luta, que não existe socialmente, por não fazerem nada de socialmente útil, no sentido, é claro, de que existir socialmente equivaleria a ter, efetivamente, um lugar na sociedade... Ao mesmo tempo, eles estão bem presentes – e isso é o problema, pois são numerosos demais”* (Castels, 1998: 33).

Esta nova questão social apontada na reflexão de Castels (1998) refere-se, pois, à retirada dos suportes sociais em virtude da desregulamentação das relações de trabalho, num momento em que o desemprego de longa duração faz emergir uma massa de “supranumerários”, isto é, pessoas que não conseguem ser absorvidas pelo mercado de trabalho ou estão em condições precárias de emprego, à margem da proteção social.

Em Portugal, mormente no Distrito de Setúbal, a partir da década de oitenta com todo o processo de reestruturações nos vários sectores industriais produziram-se profundas transformações no mundo do trabalho tendo como efeitos, entre outros, o encerramento de muitas fábricas, o crescimento do desemprego e da precarização das relações laborais

Hoje constata-se que o desemprego elevado e a expansão do trabalho precário fragilizam a posição do trabalho (e, particularmente, do emprego) como o pilar em torno

do qual se construiu a proteção social pois “*não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera [...]*” (cf Forrester 1997: 10)).

Como resultado das transformações capitalistas, o problema do desemprego e da precariedade, atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados que agora disputam, com os outros desempregados, os escassos e, cada vez, mais raros, empregos disponíveis.

Com a flexibilização do trabalho e dos trabalhadores e de todas as suas características que lhes são inerentes, os direitos laborais são desregulamentados, desqualificados, desorganizados e precarizados o mesmo acontecendo às diversas formas contratualizadas da força de trabalho.

Na maioria das vezes, através do trabalho alienado, (Marx) sem um contínuo com a sua história de vida profissional, suas habilitações e qualificações, esses trabalhadores conseguem apenas prover insuficientemente às suas necessidades básicas. Isto traz consigo uma frustração, o sabor amargo da dependência e da exploração e coloca a relação capital-trabalho desequilibrada em favor do primeiro termo.

Na nova ordem produtiva da fábrica, os subcontratados são outra das figuras emblemáticas da precariedade. Em algumas empresas são cada vez mais as atividades e tarefas realizadas por empresas exteriores (exemplo: cozinha, limpeza, eletricitas, manutenção de equipamentos, e outras). Muitos destes trabalhadores não beneficiam de qualquer vantagem particular por parte da empresa subcontratante, não têm estabilidade de emprego e aceitam trabalhar sob condições de trabalho e salariais muito degradadas. Em muitos casos são eles que têm de adquirir as ferramentas ou os meios de proteção e segurança no trabalho.

Mas a precariedade laboral estende-se, já, também, a muitos trabalhadores efetivos, que fazem a experiência duma degradação das condições de exercício do trabalho e um agravamento dos sentimentos de insegurança, de medo e de angústia. A estabilidade do contrato já não funciona como garantia de estabilidade do emprego. Em algumas empresas em franca recuperação do nível de atividade, assiste-se ao recrutamento de trabalhadores temporários em simultâneo com a saída de antigos trabalhadores, e ao lento acabar das horas extraordinárias, que constituíam para muitos um complemento ao seu salário.

Tudo isto, juntamente com a ameaça constante por parte de empresas de poderem encerrar a qualquer momento se os trabalhadores não cumprirem os objetivos estipulados,

não concordarem com a flexibilidade horária, não adotarem novos ritmos de trabalho – mais intensos –, faz com que aumente a pressão temporal e de resultados e que a fadiga, o stress e a angústia invadam os trabalhadores. Alguns deles, habituados, desde há muito a certos hábitos de trabalho, sentem-se incapacitados para lidar com estes novos modos de funcionamento das empresas que os «apertam», e os obrigam a trabalhar mais e a serem mais produtivos. Vergados pela flexibilidade, uns acabam por desistir e sair da empresa por sua própria iniciativa, outros são forçados a fazê-lo, com as denominadas “rescisões amigáveis”.

Diante deste processo, temos vindo a observar o aparecimento de uma classe trabalhadora heterogénea, fragmentada e portadora de uma complexidade, sem igual, na história. Somado a esta situação, o desemprego, a precariedade, a pobreza e a exclusão social se têm aprofundado, e, por essa razão, Castels, (1998) fala, então, duma “*nova questão social*”.

A realidade do mundo do trabalho e dos trabalhadores assume contornos semelhantes aos definidos por Marx, nos primórdios do capitalismo industrial.

2 - Definição do objeto de estudo: o conceito de desemprego

O desemprego, conforme definido pela OIT, ocorre quando as pessoas estão sem empregos e procuraram ativamente trabalho nas últimas quatro semanas. Esta Organização define, ainda, que o desemprego poderá abranger todas as pessoas que a partir de uma determinada idade e ao longo de um período de referência estejam: *sem trabalho* (isto é, pessoas que não tenham um emprego assalariado ou não assalariado), *disponíveis para trabalhar* (num emprego assalariado ou não assalariado, durante o período de referência) e *à procura de trabalho* (isto é que encetem diligências, num período recente definido, para encontrar um emprego assalariado ou não assalariado).

A taxa de desemprego é uma medida da prevalência do desemprego e é calculada como percentagem, pela divisão do número de desempregados por todos os indivíduos atualmente na força de trabalho. A identificação e o reconhecimento do desemprego como categoria social, estatisticamente mensurável, constituem elementos de um processo que repousa sobre a consciência da impossibilidade de regressar às modalidades de organização social e económica pré capitalistas.

Assim, “*é a emergência do assalariado como forma única e irreversível de utilização da força de trabalho que determina o aparecimento do desemprego como uma posição socialmente reconhecível*” (cf. Freyssinet, 2004: 7)

O processo de constituição da legitimidade do desemprego enquanto problema social, é igualmente reforçado pela emergência de instituições especializadas nas questões do desemprego e dos sujeitos desempregados, bem como de prestações sociais destinadas a garantir a existência de rendimento durante o período de desemprego (o subsídio de desemprego).

No caso português, o volume de desemprego poderá ser aferido através dos dados provenientes do IEFP ou do INE e são apurados através de diferentes estratégias conceptuais e metodológicas. No caso do IEFP, os dados produzidos constituem uma expressão administrativa do desemprego porque decorrem da contabilização do número de inscrições voluntárias na diferente CE nacionais. Por seu turno, o INE mede o desemprego através do Inquérito ao Emprego que, respeitando um conjunto de normas estatísticas internacionais, permite a comparabilidade do fenómeno a nível internacional.

Assim, “enquanto o INE, entidade produtora de estatísticas por excelência, é um agente ativo, que através de um inquérito por amostragem, entrevista, por sua iniciativa e diretamente, as famílias, o IEFP, enquanto entidade prestadora de serviços de carácter social, de forma passiva, aproveita estatisticamente a recolha direta da procura voluntária de emprego, através dos Centros de Emprego” (CSE, 1996: 10).

Na conceção do INE, considera-se como desempregado o “*indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não*”.

O INE fundamenta o critério de disponibilidade para aceitar um emprego “*no desejo de trabalhar; na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários; na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes. Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só vai começar a trabalhar em data posterior à do período de referência*”

O INE considera como diligências para recolocação no mercado de trabalho os atos seguintes: “*contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações; contacto com empregadores; contactos pessoais ou com associações sindicais; colocação, resposta ou análise de anúncios; realização de provas ou entrevistas para seleção; procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria*”.

Durante muito tempo, os desempregados são privados de todos os direitos e formas de rendimento, sendo vítimas de um opróbrio social que os designa como parasitas e incapazes.

2.1 - O diagnóstico sobre o tipo de desemprego contemporâneo irá condicionar as estratégias de política económica desenhada para combater as suas causas estruturais.

Identificar o desemprego contemporâneo como sendo predominantemente clássico, implica acionar uma estratégia que atue na tríade rentabilidade–investimento–emprego. Por outro lado, afirmar que nos deparamos com um desemprego de tipo keynesiano, implica procurar a sua superação através da dinâmica da procura-produção-emprego.

Atuando no seio da primeira ou da segunda lógica, o objetivo a longo prazo passa por *“restabelecer uma coerência entre rentabilidade dos investimentos e a procura. Resta compreender por que é que, após um quarto de século, o equilíbrio se estabelece com uma taxa de desemprego superior à do período precedente”* (Freyssinet, 2004: 79).

Uma outra política poderá ser lançada com o objetivo de transformar essas características, ou seja, não parece satisfatório aceitar que o desemprego possa ser resultado de um determinismo económico.

De facto, *“mesmo em períodos de recessão, os sistemas sociais dispõem de soluções diversas para gerar a articulação entre recursos e necessidades de mão-de-obra; a opção por uma solução é função de estruturas sociais e de sistemas valores, historicamente produzidos, cuja evolução é lenta e dolorosa”* (Freyssinet, 2004: 79).

No que concerne ao papel do mercado, Gallie e Paugam (2000) sustentam que a experiência e o sentido que o desemprego assume se encontram muito ligados ao padrão de desenvolvimento económico e à sua proximidade ou distância face às sociedades industrializadas e assalariadas.

2.1.1 - O desemprego estrutural

O desemprego estrutural é uma realidade que não tem parado de aumentar. Nunca, como agora, houve em Portugal tantos desempregados de longa duração, ou seja, pessoas que estão sem trabalho há mais de um ano. De acordo com o INE, no final do primeiro trimestre de 2010, estariam nessas circunstâncias 305 mil pessoas, mais 42 por cento do que no ano anterior. Acresce que destes mais de 300 mil portugueses, 170 mil estão desempregados há mais de dois anos INE, (Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011).

Uma grande parte dos casos dos desempregados de longa duração manifestam uma falta de ferramentas para voltar ao mercado de trabalho. Os desempregados de longa duração têm um «défice de qualificações» e uma baixa escolaridade. Sobrevivem a fazer uns biscates» no contexto de uma economia paralela, mas com certas privações económicas. Também, os licenciados sofrem com este problema segundo dados recentes dum estudo de M. Villaverde Cabral).

E se o desempregado já tem 50 anos que pode fazer? Ao facto de já ser "velho" para trabalhar, o que à partida é um fator impeditivo até para ser convocado para qualquer entrevista de emprego, ainda se acrescenta o facto de, por vezes, ter instrução a mais para a vaga existente, negando-lhe imediatamente qualquer oportunidade de voltar a entrar no mundo do trabalho.- *“A minha mulher, também com um curso superior, está na mesma situação. A minha irmã, desesperou durante 5 anos, à procura de emprego. Também ela licenciada”*, afirmava um dos nossos entrevistados. E assim, temos, desempregados vitalícios!

Há algumas décadas, o desemprego, mesmo em países de capitalismo avançado, estava reservado a áreas de pobreza e de subdesenvolvimento, levando as pessoas por ele afetadas para o completo esquecimento na medida em que não havia preocupações com as repercussões socioeconómicas desse fenómeno.

Nas décadas de 1970 e 1980, quando o desemprego se tornou mais visível, não sendo apenas um problema individual e cíclico, mas estrutural e coletivo, a economia de mercado, o capitalismo, mostrou-se incapaz de proporcionar condições de trabalho e de vida digna e suficientes para responder às necessidades da população.

Como resultado das transformações referidas, o problema do desemprego, não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, somando-se ao áquilo que Marx (1897) chama de *“exército industrial de reserva de mão-de-obra”* disponível.

Um outro ponto a considerar no âmbito do pensamento neoliberal é o que tem a ver, segundo os seus teóricos, com a *“inevitabilidade do desemprego”* em razão do desenvolvimento tecnológico. Mas se isto fosse verdade, os países mais desenvolvidos – isto é, portadores de tecnologias mais avançadas – teriam a maior taxa de desemprego em comparação com os países emergentes o que não se verifica linearmente.

De 1980 em diante, Mattoso (1995) quando começaram a ser implementadas as políticas neoliberais a taxa de desemprego duplicou e até triplicou nos países do

ocidente europeu. O mesmo ocorreu em todos os países que adotaram estas políticas. Foi o período, na linha do pensamento de Castels, (1998) em que se pôs em prática a *desregulamentação* e a *flexibilização* trabalhista: contratos de trabalho em tempo parcial, temporário, “doméstico”, terceirização, etc. - contratos chamados “flexíveis”, “irregulares”, de “novo tipo”. Segundo o Eurostat (06 jan,2012) o desemprego em Portugal é já de 13,2% da população ativa, o que equivale a cerca de 700.000 pessoas atingidas pela privação involuntária de trabalho.

2.1.2 – O aspeto peculiar do desemprego dos jovens

Machado Pais (1987) aborda com profundidade a temática das formas sociais e individuais de transição para a vida adulta do ponto de vista do quotidiano dos jovens. Na sua análise salienta que o período de «interregno» entre a escola e o emprego tem originado uma tal heterogeneidade de situações entre os jovens que pode mesmo dizer-se que uma significativa parte dos jovens que já deixaram de estudar são trabalhadores sem trabalho, assalariados sem trabalho, consumidores sem dinheiro. É, pois, compreensível que as teorias que incidem sobre as respostas a dar ao desemprego e que foram válidas em outras conjunturas de desemprego não se adaptem às experiências de desemprego contemporaneamente vividas por alguns jovens, os quais, de resto, nem sempre são estatisticamente fáceis de recensear.

E por isso, interroga-se sobre a eficácia que poderia ter uma política unificada de combate ao desemprego dado que as situações vividas pelos jovens perante o desemprego são, entre si, tão diversas.

Em suma, contrariamente às perspetivas homogeneizantes da crise de inserção dos jovens, dada por estudos globalizantes sobre o desemprego juvenil e a juventude em geral, não será que a crise de desemprego, longe de eliminar as clivagens sociais (de classe, de sexo, de instrução, etc.) entre os jovens, tenderá, na maior parte dos casos, a aprofundá-las?

Tudo leva a crer que os itinerários de transição para a vida adulta, mesmo que circunscritos ao domínio da inserção profissional, sejam socialmente distintos. De onde a oportunidade de mais uma questão: quais as lógicas de emprego e de desemprego - e admite-se que sejam socialmente distintas - à luz das transformações que têm afetado as modalidades de reprodução da estrutura de classes da nossa sociedade?

É certo que a «proletarização» de alguns jovens das novas classes médias predominantemente oriundos da pequena burguesia executiva— poderá ser transitória.

É certo, ainda, que mesmo que a universidade já não seja um meio tão seguro, como antes o era, de legitimação de pertença a um meio social, as classes superiores e médias não deixarão de recorrer a outros meios para proteger os seus filhos.

No entanto, jovens de diferentes condições sociais parecem conjuntamente olhar com receio o fenómeno de desemprego, embora naturalmente recorram a estratégias diferentes para tornearem os problemas que daí lhes possam advir.

Uma coisa parece certa: dada a atual conjuntura de desemprego e de precariedade de emprego entre os jovens, a vivência da incerteza face ao futuro não deixa de ser acompanhada por fortes sentimentos de ansiedade.

2.2 - Desemprego e trabalho precários - indicadores da desagregação da sociedade salarial

O surgimento de novas formas de trabalho precário e o aumento do desemprego parecem ser indicadores da desagregação de sociedade salarial que conduzem à perda de um conjunto importante de referências. É, neste sentido, que a existência de pessoas sem emprego constitui um escândalo contemporâneo com traduções à escala micro estrutural, porque a rejeição decorrente da procura de emprego é percebida como um reforço de mecanismos de exclusão das relações com o meio envolvente, ameaçando igualmente o equilíbrio e o desenvolvimento pessoal dos sujeitos.

Freyssinet (1998) refere que simultaneamente, o fenómeno repercute-se também num domínio mais amplo, porque o desperdício da capacidade de trabalho gerado pelo sistema económico pode ser entendido como indicador de irracionalidade social.

Também Castels (2004) afirma que as transformações ocorridas no mundo do trabalho geram três grandes modalidades de relacionamento com o emprego, que correspondem a modos de socialização também distintos:

“O emprego estável, que contribui para a integração dos indivíduos pelo trabalho (...); o emprego precário, que corresponde a uma zona de vulnerabilidade social em que o recurso à assistência pontual ou crónica reveste diferentes formas; por fim, a perda do emprego, intermitente ou definitiva, que conduz a uma rotura progressiva dos laços socialmente estruturantes, termo de um processo de desfiliação” (Clavel, 2004: 68).

Assim, a situação de desemprego pauta-se pela perda do salário, podendo gerar situações de precariedade económica, sobre endividamento e de empobrecimento relativo e

condiciona, igualmente a impossibilidade de traçar planos de médio/longo prazo com uma probabilidade média de concretização. Esta limitação ocorre pela cristalização de sentimentos de insegurança e pela incapacidade de prever ou dominar margens de atuação futuras.

Por outro lado, o quotidiano das pessoas desempregadas poderá ser alvo de uma dupla desestruturação: temporal, porque há uma drástica mudança ao nível dos usos do tempo e espacial, porque o espaço de sociabilidade tende a confinar-se ao domínio doméstico e neste sentido, poderá assistir-se a uma quebra das redes de sociabilidade pré-existentes. Finalmente, com a situação de desemprego poderá emergir a perda de estatuto social associado ao trabalho e, na medida em que o reconhecimento social de que gozava se altera, poderão gerar-se sentimentos de inutilidade social.

A pesquisa de Paugam sobre os **processos de desqualificação social** ocorre sob o cenário da nova pobreza, que aponta para *“a degradação do mercado de trabalho com a multiplicação de empregos instáveis e o forte crescimento do desemprego de longa duração, mas também para o enfraquecimento dos laços sociais, cujos principais sintomas são o aumento das ruturas conjugais e o declínio das solidariedades de classe e de proximidade”* (Paugam, 2003: 13).

Há um distanciamento do mundo do trabalho que é comum a um número dilatado de sujeitos e que *“é acompanhado, em muitos deles, por um afastamento da vida social, por uma crise de identidade, por problemas de saúde (depressão) e, em certos casos, por uma rutura familiar”* (Paugam, 2003: 13).

Para explicar o processo de *desclassificação social*, o autor operacionaliza três fases:

- A fase da fragilidade que *“corresponde à provação provocada pelas desqualificação social ou pelas dificuldades de inserção profissional”* (Paugam, 2003: 14);
- A fase da dependência que se relaciona com *“tomada a cargo regular das dificuldades pelos serviços de ação social”* (Idem: 15);
- A terceira fase é *“caracterizada pela rotura do laço social, em particular quando as ajudas cessam e as pessoas que passam por essa experiência são confrontadas com uma acumulação de debilidades”* (Ibidem).

No entender de Paugam, há um conjunto alargado de situações (desemprego, perda de alojamento, dificuldades de inserção social, etc.) que poderá conduzir os sujeitos a experimentarem uma sensação de desclassificação social, ou seja, a *“estar numa situação socialmente inferior àquela que conheceram anteriormente”* (Paugam, 2003: 15).

Esta situação conduz as pessoas a estabelecerem uma relação com os serviços de ação social, para obterem ajudas financeiras. Contudo a circunscrição dos horizontes de

expectativas de emprego e a acumulação de negativos sentimentos de inutilidade, poderá levar os indivíduos a romperem totalmente com a sociedade.

O desemprego estrutural, uma verdadeira chaga social, é inequivocamente fruto da implementação das políticas neoliberais e é por ação do Estado que a desregulamentação desse mesmo mercado de trabalho adquire legitimidade jurídica.

3 - A questão da flexibilidade laboral e flexibilização

A flexibilidade aparece, nas últimas décadas, como um dos principais vocábulos e instrumentos de «modernização» das empresas. As apreciações dominantes sobre a evolução do trabalho apresentam-na como a expressão de uma necessidade histórica, capaz, só ela, de libertar o trabalho da «rigidez» que esteve na base da crise do modelo de produção e de consumo taylorista-fordista.

O argumento fundamental passa por se afirmar que, nas condições atuais de globalização dos mercados, de acréscimo da competitividade e de desenvolvimento de novas tecnologias da informação e da comunicação, a viabilidade das economias (e das empresas) dependerá da capacidade dos seus agentes para introduzirem agilidade e elasticidade nos processos produtivos, no sistema organizacional e no sistema de emprego, de forma a conseguir-se uma sincronização instantânea da produção e do consumo. A flexibilidade tende, assim, a surgir, para empresários e governantes, como a solução para as dificuldades económicas e sociais com que a maior parte dos países europeus se defronta (quebra de crescimento económico, desemprego maciço, etc.).

Olhando para o mercado de trabalho e para as relações laborais, flexibilidade e “flexibilização” são apresentadas como verdadeiras panaceias e condições imprescindíveis para o relançamento da economia a alteração profunda da legislação laboral naquilo que se costuma designar como a flexibilização. Trata-se de uma noção extensa que pode abarcar ou remeter para aspetos tão diversos como o enfraquecimento das estruturas hierárquicas, a polivalência e a rotação de tarefas (flexibilidade funcional ou organizacional); a diversificação e imprevisibilidade dos horários de trabalho e a individualização dos salários (flexibilidade temporal ou financeira); a mobilidade geográfica e a subcontratação (flexibilidade produtiva ou geográfica); e as novas formas de emprego, como o trabalho temporário, o trabalho a termo certo, etc. (flexibilidade numérica ou contratual).

Na prática, existem complementaridades e sobreposições entre estas diferentes formas e os empregadores têm-nas utilizado, umas mais do que outras, para reduzir custos, em particular os custos de trabalho, transferindo os riscos para os trabalhadores e para as empresas subcontratadas. Aliás, sem afastar a possibilidade de existirem aspetos positivos na flexibilidade – porque são várias as suas faces – a questão que aqui queremos realçar são a de que ela encerra em si mesmo contradições e limitações geradoras de novas formas de insegurança, de injustiça e de sofrimento no mundo do trabalho

A flexibilidade laboral apresenta-se sobre diversas formas:

- Liberdade por parte da empresa para despedir uma parte de seus empregados, sem penalizações, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, para a empresa, quando a produção necessite, reduzir o horário de trabalho ou recorrer a mais horas de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio; faculdade por parte da empresa de pagar salários reais mais baixos.

- Meio de solucionar negociações salariais; recurso para que as empresas possam participar de uma concorrência internacional; possibilidades das empresas subdividirem a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc.); liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas; possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, diminuindo o pessoal efetivo.

O “sucesso” do tema da flexibilidade laboral não pode, entretanto, ser dissociado da construção em seu torno de uma verdadeira ideologia, preconizada pela perspectiva económica neoliberal que assim procura legitimar um conjunto heterogéneo de transformações, algumas das quais com significado bastante diverso daquele que é amplamente propalado.

De imperativo económico e necessidade incontornável, a flexibilidade transmuta-se discursivamente numa essência e num ideal dos tempos atuais. Deixa de ser apenas um meio de garantia da competitividade e passa a adquirir um estatuto de crença, sendo encarada, sob todas as suas formas, e por natureza, como positiva e fonte de eficácia económica. Por outro lado, é importante questionar a noção idealizada de flexibilidade, porque as situações e práticas que em seu nome são implementadas não têm necessariamente consequências positivas para os trabalhadores nelas envolvidos.

A ameaça constante por parte de empresas de poderem encerrar a qualquer momento se não cumprirem os objetivos estipulados, se não concordarem com a flexibilidade horária, se não adotarem novos ritmos de trabalho – mais intensos –, fazem com que aumente a pressão temporal e de resultados e que a fadiga, o stress e a angústia invada os trabalhadores. Alguns deles, habituados a ritmos de trabalho, sentem-se incapacitados para lidar com estes novos modos de funcionamento das empresas que os «apertam», e os obrigam a trabalhar mais e a serem mais produtivos. Vergados pela flexibilidade, uns acabam por desistir e sair da empresa por sua própria iniciativa, outros são forçados a fazê-lo, com “rescisões amigáveis”.

Mas a precariedade laboral estende-se já a muitos trabalhadores efetivos, que fazem a experiência duma degradação das condições de exercício do trabalho e um agravamento dos sentimentos de insegurança, de medo e de angústia. A estabilidade do contrato já não funciona como garantia de estabilidade do emprego. Em algumas empresas assiste-se ao recrutamento de trabalhadores temporários em simultâneo com a saída de antigos trabalhadores e ao lento acabar das horas extraordinárias, que constituíam para muitos um complemento ao salário «modesto».

Esta «contra-revolução liberal» inverte um longo período de conquistas sociais que, de alguma forma, tinham ajudado a regular as condições de vida e de trabalho, mesmo nas sociedades capitalistas. Não é apenas a livre circulação de pessoas; a livre circulação de mercadorias é a principal responsável pela competição global entre trabalhadores em defesa dos seus postos de trabalho.

A ideia de que o Estado deve promover o bem-estar social e segurança dos trabalhadores, combater a pobreza extrema ou garantir a equidade no acesso a serviços públicos e bens essenciais prevaleceu até aos anos 80. A relação entre trabalho e segurança sócio-económica tinha sido uma conquista da modernidade industrial europeia, controlada através de representações colectivas de interesses (como os Sindicatos e em certos casos casos por Comissões de Trabalhadores) e assente em algumas garantias: de ocupação, de qualificação, de trabalho, de rendimento, ou de representação, socialmente enquadradas e defendidas.

A informalidade pós-fordista, a desregulamentação, a privatização e a liberalização ameaçam estas conquistas. O crescente trabalho informal, e até o crescente trabalho precário na economia formal, desarticulam os direitos e até a representatividade dos

trabalhadores e o processo de privatização e desregulação das economias aprofunda a crise do Estado Social e dos seus mecanismos de representação social.

Se os últimos 20 anos da União Europeia foram marcados por sucessivas liberalizações, enquadradas numa tendência global de desregulamentação, o passo em curso é o da «flexigurança», instrumento para desarticular o mercado de trabalho. A implementação «flexigurança» pode ajudar a desarticular, ainda mais, as formas de organização laboral e de participação cívica, promovendo mais flexibilidade que segurança.

Sobre estas matérias julgo que o **problema fundamental que hoje se coloca ao nível do mercado de trabalho europeu é o de saber como conciliar a flexibilidade no trabalho com um nível mínimo (ou nulo) de precariedade laboral**, pelo que é fundamental que se sensibilizem os atores sociais para a importância das medidas de flexibilidade respeitadora dos direitos laborais e sociais básicos dos trabalhadores. É possível termos organizações flexíveis e capazes de responder aos desafios da competitividade sem recorrer a fórmulas próximas vividas nos inícios da industrialização. Hoje, mais do nunca, é fundamental que se desenvolvam nas empresas novas formas de participação e colaboração.

Os processos de negociação coletiva não podem continuar a circunscrever-se a meras questões salariais; devem também promover a adoção de medidas que possam melhorar a produtividade empresarial. O grande desafio para as empresas e para os trabalhadores é o de demonstrar capacidade para competir num mundo globalizado e em mudança rápida, pelo que a procura de um “compromisso empresarial estratégico” ajudará certamente a redefinir as prioridades do futuro. E porque um dos desafios fundamentais que se coloca ao nível do mercado de trabalho em Portugal é o de elevar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, conjugando flexibilidade com segurança, é fundamental compreender que é necessário valorizar uma gestão que repouse num conjunto de práticas que promovam a formação e a competência nas organizações.

3.1 - As necessidades do mercado e novas formas de organização

O curto prazo impõe processos ágeis de produção de trabalho e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às novas mudanças. A inovação tecnológica atinge a força de

trabalho, tornando os homens descartáveis, passíveis de serem substituídos por novos e flexíveis trabalhadores. A precariedade no trabalho ronda hoje, em Portugal, 902 mil pessoas, segundo estudo do INE (2011). O número de contratados a prazo em Portugal duplicou na última década, representando já 21,5% da população empregada por conta de outrem. Administração Central conta com 117 mil precários. Mais de 90% dos contratos a prazo não evolui para um estatuto estável. Em Portugal existem, também, 922 mil “empresários em nome individual”, os chamados “Recibos Verdes). Destes, muito poucos são verdadeiramente “autónomos”. E nos jovens trabalhadores (16-30 anos) a precariedade atinge mais de 70% e o desemprego chega a 16,3%. Após deixarem o ensino, os jovens demoram, em média, dois anos a encontrar emprego e quatro anos e três meses a encontrar um emprego permanente. O desemprego de jovens licenciados ronda os 30%. É também às costas da geração mais jovem que se instalam ETT cujo número é de cerca de 260 autorizadas, um negócio que cresce 15% a 20% ao ano. O trabalho a tempo parcial ultrapassou os 12% da população empregada em 2006, um recorde em dez anos. Este regime é mal pago e, em parte, involuntário. O part-time é pago, em média, 14% abaixo do trabalho a tempo completo (Fonte da CGTP-IN).

O surgimento das empresas de “trabalho temporário” e de “aluguer de mão-de-obra” na década de oitenta em Portugal são a mediatização entre o mercado de trabalho e os desempregados. Acontece que esta nova modalidade traz vantagens para as empresas pois estas ocupam-se dos trabalhos básicos e fortemente penalizadora para os trabalhadores pois é acompanhada de baixos salários, falta de condições de higiene e segurança e ausência de regalias sociais básicas.

Surgem, assim, inúmeras formas de emprego, contratos temporários, subcontratados, trabalho parcial, trabalho domiciliário, o teletrabalho e outras formas que possibilitam a redução dos custos sociais e que dificultam os trabalhadores de acederem ao conjunto dos benefícios sociais.

A precarização configura-se como processo central desencadeado pelas exigências da economia e das tecnologias determinantes do desenvolvimento do capitalismo moderno. Castels (1998) salienta que **este processo conduz à vulnerabilidade social, ao desemprego e à desfiliação e que a flexibilização, a desregulamentação e a fragmentação do trabalho perturbam fortemente a organização e a consciência**

coletiva dos trabalhadores e modificam as suas posturas, vida, cultura e capacidade de mobilização e organização.

Pierre Bourdieu exprime a seguinte ideia:

- *“Começa-se assim a suspeitar que a precariedade é produto não de uma fatalidade económica, identificada mas de uma vontade política. (...) A precariedade se inscreve num modo de dominação de um novo tipo, fundado sobre a instituição de um estado generalizado e permanente de insegurança visando constranger os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração.”* (1998: 98-99).

Desta forma o *“novo padrão de racionalidade do processo produtivo mundializado ao disseminar uma maneira de nomear essa necessidade do ajustamento do trabalhador moderno à sua tarefa”* provoca a emergência de um *trabalhador com perfil diferenciado disposto a aceitar as condições impostas por tais processos produtivos”* (Castels, 1998: 517)

3.2 - As novas tecnologias

3.2.1 - Com a intensificação da exploração do trabalho, potencializada pelas novas tecnologias surgem inúmeras especializações e funções anteriormente inexistentes. As exigências de qualificação profissional requisitam trabalhadores flexíveis na sua formação e atuação nas empresas. Para isso valorizam não a antiguidade e habilitação académica, mas as competências técnicas, culturais e sociais. Neste sentido as políticas de recursos humanos destacam-se nos processos produtivos, sendo consideradas como imprescindíveis para melhor selecionar e desenvolver as habilidades técnicas e as competências dos trabalhadores.

O crescimento económico que atualmente conhecemos está fortemente associado à inovação tecnológica criadora de novas oportunidades. Hoje a inovação tecnológica processa-se a ritmo vertiginoso. Não só se assiste a uma substituição generalizada do trabalho humano por máquinas, cada vez mais automatizadas e eficientes, como pela via da informação e da comunicação, Castels (1998) fala da sociedade informacionista, se tornam possíveis processos produtivos cada vez menos em relação com o trabalho humano que sofre uma desvalorização e desqualificação.

“Mas não é uma fatalidade que a inovação tecnológica se volte contra o ser humano e o trabalhador em particular, e tem, pelo contrário, imensas potencialidades libertadoras no que se refere ao aumento dos recursos materiais e outras possibilidades de melhorar o nível de vida das pessoas”. (Rifkin, 1996: 92)

3.2.2 - As novas tecnologias e a alteração da correlação de forças

O facto da inovação tecnológica obedecer, predominantemente, aos interesses do capital está na origem dessa subvalorização do trabalho humano a que temos assistido e tem contribuído para fazer reaparecer um novo exército de “*reserva de mão-de-obra*” (incluindo a classificada), que abre uma alteração profunda na correlação de forças entre o trabalho e o capital, com desfavor para o primeiro.

Esta dinâmica tem, de acordo com Castels (1997), como reverso a divisão dos trabalhadores entre aptos e menos aptos ou inadaptáveis. Segundo o mesmo autor, quando as empresas procuram adaptar as qualificações dos trabalhadores às transformações tecnológicas, a formação permanente pode funcionar como uma seleção permanente.

4 - A “nova” centralidade do trabalho

4.1– O conceito de trabalho

É importante, ainda, situar o conceito e/ou significado do trabalho. Para Chauí o trabalho é uma das dimensões da vida humana que revela nossa humanidade, pois é por ele que dominamos as forças da natureza, é por ele que satisfazemos nossas necessidades vitais básicas, e é nele que exteriorizamos nossa capacidade inventiva e criadora (Chauí, 1999, citado por Sato & Schimidt, 2004). Mas, também, o conceito de emprego deve distinguir-se do conceito de trabalho. O primeiro pressupõe uma relação contratual sólida entre empregador e empregado, enquanto o segundo implica uma relação com o trabalho.

Todavia, se na sociedade industrial o trabalho ocupava a centralidade, o meio normal de inserção e integração social, hoje ela está fortemente abalada, mesmo questionada, pois como refere Bourdieu, 1998;113) a “*precariedade está em toda a parte*”. Ela age diretamente sobre aqueles que toca e que deixa sem condições de se mobilizarem e indiretamente sobre os outros pelo medo que suscita e que é explorado pelas estratégias de precarização e pela flexibilização.

Hoje a precarização é um processo central, comandado pelas exigências económico-tecnológicas da evolução do capitalismo moderno e que conduz à “exclusão social”. “*Vive-se uma angústia coletiva face ao risco da perda de emprego e das regalias sociais*”.(Paugam 1997;35).

Assistimos ao esboroamento da sociedade industrial e a “*precariedade inscreve-se num modo de dominação de tipo novo, baseado num estado generalizado e permanente de insegurança que visa coagir os trabalhadores à submissão e aceitação da exploração*” (Bourdieu, 1998;118).

Os elevados níveis de desemprego e precariedade que marcam o novo mundo do trabalho, a flexibilidade e a precariedade tornam o futuro e qualquer perspectiva de vida, incertos, como diz P. Bourdieu (1998: 118)

- “ (...) *O trabalho se torna uma coisa rara, desejável a qualquer preço, submetendo os trabalhadores aos empregadores, e estes, (...) usam e abusam do poder que assim lhes é dado. A concorrência é acompanhada por uma concorrência no trabalho (...), que é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão*”.

Estas realidades colocam a necessidade de re-discutir os termos em que tal centralidade é, hoje, vivida pelos trabalhadores. Como já referi anteriormente, o problema fundamental que hoje se coloca ao nível do mercado de trabalho é o de saber como conciliar a flexibilidade no trabalho com um nível mínimo (ou nulo) de precariedade laboral. É possível termos organizações flexíveis e capazes de responder aos desafios da competitividade sem recorrer a fórmulas de desqualificação do trabalhador.

Em conclusão, podemos afirmar, a este propósito, que a possibilidade de argumentar, com base em evidências empíricas, em defesa da tese de que o trabalho mantém sua centralidade no capitalismo contemporâneo, não implica ignorar, todavia, que os elevados patamares de desemprego e precariedade que marcam o novo mundo do trabalho. Isso porque a flexibilização das relações de trabalho, o fim da possibilidade de carreira para a maioria dos trabalhadores e a banalização da convivência com a precariedade e com o desemprego produzem uma nova relação dos indivíduos com o trabalho, ou melhor, recolocam esta relação num patamar mais próximo daquele dos primórdios do capitalismo industrial, analisado por Karl Marx (1818-1883), e cada vez mais distante das características assumidas por esta relação nos países da Europa na era do fordismo.

Afigura-se, por isso, pertinente, retomar, questionando-a, a tese do fim da centralidade do trabalho formulada no contexto da crise do fordismo.

4.2 – O trabalho continua a ter um estatuto de centralidade

Gorz, (1987) na sua obra “*Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*”, perante o facto do desemprego e o trabalho precário fazerem parte do percurso por longos períodos de vida de muitas pessoas, defende que o trabalho nas nossas sociedades começa a perder a sua centralidade. Todavia, de forma contundente, Antunes (1995), defende que a categoria trabalho possui ainda um estatuto da centralidade, no universo de práxis humana existente na sociedade contemporânea.

Lima e Borges (2002: 338) destacam a importância e a centralidade do trabalho na vida do sujeito e como esta repercute no fenómeno desemprego e citam Boaventura de Sousa Santos (2002), (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002:

- “Ao contrário de certos modismos teóricos contemporâneos, defendemos a centralidade do trabalho para o homem, mesmo nas suas formas mais entranhadas. Em outras palavras, não vemos como pensar o homem, desconsiderando essa categoria e muito menos como pensar as consequências do desemprego, desconsiderando o fato de que o trabalho foi e permanece central para o ser humano. Assim, as reações do desempregado à sua condição não são fruto apenas das perdas materiais que sofreu, mas, sim, da impossibilidade de expressar-se, desenvolver-se e deixar sua marca no mundo”, (Cortez, 2002: 338)

E, também Castels (1998) face às transformações do mundo contemporâneo, sintetiza o percurso da condição do assalariado ao longo da história e interroga se em consequência da crise vivida pela sociedade salarial, o trabalho ainda poderia ser considerado o elemento capaz de situar e classificar um indivíduo na sociedade. A sua resposta a essa indagação é a de que o **trabalho continua a ser uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente**, culturalmente e simbolicamente dominante.

Podemos, pois, inferir que as mudanças observadas recentemente permitem retomar, questionando-a, a tese do *fim da centralidade do trabalho* e que não devem subsistir dúvidas ***de que o trabalho continua a desempenhar um papel estruturante e estruturador da vida social***. Igualmente, a crescente valorização de outras dimensões da vida na sociabilidade e na construção da identidade dos indivíduos não deslocou o trabalho do seu lugar central, como atesta a elevação da *taxa de participação* dos mais jovens, os quais, ao contrário do que previram algumas análises, *trabalham, ou estudam cada vez mais, preparando-se para... o trabalho, ou que, desempregados, o que mais anseiam é... um trabalho que valha a pena, um emprego com um mínimo de dignidade* (Borges, 2001).

5 - A globalização

Justifica-se uma breve análise retrospectiva da evolução socioeconómica vivida na década de 1990. Esta década ficou marcada pela inserção das economias nacionais no sistema mundial em termos globais, com a difusão da concorrência e competição internacional (veja-se o verdadeiro movimento de fusões internacionais registado no final

da década, nomeadamente em sectores como a banca, grupos seguradores, indústria farmacêutica, telecomunicações, companhias de aviação).

Desde então que os países europeus, em particular, estão a viver um período novo: cada vez mais as economias nacionais dependem, por uma razão ou por outra, da economia global (Boyer, et al., 2000). Por exemplo, os bens produzidos na Europa são também produzidos em grande parte noutros pontos do mundo, mas com custos sociais da produção maiores e muito diferenciados (que vão desde a formação escolar aos salários pagos pelas empresas e aos encargos para com a proteção social). Neste contexto as principais economias europeias – Alemanha, França e Itália – ressentem-se e, no início deste século XXI, enfrentam o aumento progressivo do desemprego, a perda do poder de compra e a contestação social.

A emergência de um mercado financeiro global (que funciona em tempo real graças às novas tecnologias da informação, facilitando a especulação financeira), a intensificação das relações sociais internacionais, o desenvolvimento de burocracias internacionais, a concentração do poder político em cidades estratégicas (como Bruxelas), o declínio da importância de instrumentos nacionais de política económica, a redução das distâncias físicas e temporais, com o que comporta de internacionalização do processo produtivo e intensificação das relações económicas, tem gerado, igualmente bastantes efeitos negativos sobre o trabalho humano como o aumento de importância dos rendimentos do capital em relação ao trabalho

As empresas expostas à concorrência mundial tendem a localizar as suas produções não junto dos seus potenciais compradores ou fornecedores de matérias-primas ou energia, mas nos locais onde a relação custo/qualidade de trabalho, associada ao contexto institucional ou político é mais vantajosa.

Pesa, assim, sobre o fator trabalho uma pressão acentuada no sentido ao abaixamento do seu preço, quer sob a forma de redução dos salários reais, quer no que se refere à perda de regalias já adquiridas no passado, os quais são vistos pelos empresários como entraves à mais flexibilidade e adaptabilidade das suas empresas às condições do mercado, por isso, contrárias a maiores expectativas de lucro no curto prazo.

O processo de globalização das economias com o que comporta de internacionalização do processo produtivo e intensificação das relações económicas, tem gerado, igualmente bastantes profundas alterações sobre o mundo do trabalho e o trabalho humano. A verdade é que vivemos na era da globalização e, tal como já realçaram alguns

autores, este facto implica considerar uma profunda mudança de mentalidades (Waters, 1999).

Se no passado se confiava no imediato, no conhecido e no material, com a globalização, acontece o inverso: a evolução e a incerteza dos mercados, a concorrência e, nomeadamente, as recentes mutações económicas, tecnológicas e sociais constituem fatores envolventes de acrescida exigência para as organizações para fazerem face a um imprevisto e/ou às numerosas expectativas – conhecidas e desconhecidas existentes ou criadas – dos consumidores e cidadãos.

A globalização da economia – ou a “terceira mundialização” (Fitoussi e Rosanvallon, 1999) – multiplicou as incertezas e criou potenciais ameaças ao equilíbrio social, gerando diversos tipos de desigualdades, pois a concorrência internacional convida os países a especializar-se não só na produção intensiva de bens, mas igualmente em trabalho intensivo e não qualificado. É, então, que o modelo tradicional de proteção social se altera: da clássica proteção social associada à segurança no emprego passa-se a uma segurança no desemprego vista de forma pontual. A responsabilidade social em situações de eventualidade (tais como o desemprego ou uma licença por maternidade ou por doença) torna-se difusa, assim como a partilha de responsabilidades.

Também em Portugal, se a situação financeira das empresas portuguesas que estava um pouco degradada no início dos anos 1980, esta conheceu, com a integração europeia, uma rápida e contínua melhoria até ao final da década de 1990.

Mas a análise da situação portuguesa nos últimos vinte anos está condicionada pelo reconhecimento da interdependência entre as condicionantes políticas e económicas da integração na União Europeia. A União Monetária Europeia obrigou à substituição da moeda nacional, e à deslocação da responsabilidade pela política monetária do banco central nacional para o Banco Central Europeu.

Também o alastramento de um ambiente competitivo global sem descanso, em todo o lugar e a todo o tempo leva o “*homo economicus*” a funcionar numa lógica permanente de gladiador. A sobrevivência de uns implica o enfraquecimento, senão a derrota, de muitos, na arena de combate.

Citemos, a este propósito, estas palavras eloquentes:

- *“Tudo é competição. Pelo território, pela comida, pelo sexo. E a competição desenvolve-se não só entre indivíduos, mas também entre sociedades organizadas como no caso dos insetos (...) (...) Apenas sobrevivem os filhos de Caim”* Alberoni, F. (1993)

6– O Movimento Operário, gênese e enfraquecimento dos Sindicatos

O Movimento Operário emergiu, como se sabe, na sequência de um conjunto de convulsões que marcaram a Europa da era moderna, desde finais do século XVIII. Foram as duras condições impostas pelo capitalismo selvagem do século XIX que fizeram emergir o operariado como classe. Thompson, (1987) e Savage (2004) escrevem que a classe operária não surgiu, animada fundamentalmente por objetivos progressistas, revolucionários ou emancipatórios mas, em boa medida, a partir de lutas desencadeadas em nome da defesa da comunidade e muitas vezes contra a inovação técnica como aconteceu na Inglaterra nos finais do século XVIII.

- “*Não há movimento social enquanto os operários se opuserem à industrialização e partirem as máquinas ou resistirem às novas técnicas...*” e para que se torne movimento social é necessário que fale em nome dos valores da sociedade industrial e se torne defensor dos mesmos contra os seus próprios adversários” (Touraine, 1994: 285).

Se o Movimento Operário pode ser considerado um movimento social de classe, isso significa que, historicamente, a ação reivindicativa da classe trabalhadora é inseparável dos objetivos políticos de longo prazo que animaram as suas lutas.

A penetração da doutrina marxista nos meios operários, designadamente na sequência das Internacionais Operárias, contribuiu para desenvolver uma identidade coletiva – “de classe” –, que se propunha guiar os trabalhadores e a humanidade para uma sociedade liberta de injustiças: o socialismo.

A velha palavra de ordem de finais do século XIX, “a empresa aos operários” exprimiu, desde logo, essa utopia operária fundada na aspiração coletiva de pôr fim à exploração e à dominação social. Historicamente o sindicalismo tem origem nas corporações de ofício na Europa medieval. No século XVIII, durante a revolução industrial na Inglaterra, os trabalhadores, oriundos das indústrias têxteis, doentes e desempregados juntavam-se nas sociedades de Socorros Mútuos.

É neste momento que surgem duas novas classes sociais, o *capitalista* e o *proletário*, onde o capitalista é o proprietário dos *meios de produção*: (fábricas, máquinas, matéria-prima). Por outro lado, o proletário, que era proprietário apenas de sua força de trabalho e da sua prole (os filhos), passou a ser *propriedade* do capitalista, que pagava salários cada vez

mais baixos para obter mais lucros, forçando o proletário a trabalhar em uma jornada de trabalho que chegava até 16 horas.

É através desta situação que o proletariado percebe a necessidade de se associarem e, juntos, tentarem negociar as suas condições de trabalho. Com isso surgem os Sindicatos, associações criadas pelos operários, procurando, de alguma forma, apresentar-se organizadamente perante os patrões nos momentos de negociação de salários e condições de trabalho.

Os Sindicatos têm tido como missão incorporar, coordenar e dinamizar as lutas dos trabalhadores empregados e estáveis através da sua mobilização e da negociação coletiva e a catalisar as aspirações individuais e coletivas, mas partir de 1980 têm-se repercutido sobre eles os efeitos das mudanças estruturais do mundo do trabalho.

Hoje a flexibilização, a desregulamentação e a fragmentação do trabalho perturbam fortemente a organização e a consciência coletiva dos trabalhadores e modificam as suas posturas, vida, cultura e capacidade de mobilização e organização.

Em Setúbal, a partir dos inícios da década de 80, os grandes sectores da estrutura produtiva, Metalomecânica pesada, Siderurgia, Sector Automóvel, Conservas, Cortiças, Construção e Reparação Naval, entram em colapso, e outros se redimensionam com o despedimento de dezenas de milhares de trabalhadores. Esta fragmentação produtiva acarretou a fragmentação das classes trabalhadoras e das suas organizações. Os Sindicatos nestes contextos de precariedade mostram-se incapazes de aglutinarem os desempregados e precários.

De acordo com a análise das *“metamorfoses da questão social”* de Isabel Astier, a fragilização dos trabalhadores na negociação com o capital provoca alterações em três dimensões nas relações com o capital: na constituição das associações de trabalhadores, na organização dos movimentos de luta, na manutenção das conquistas históricas com os direitos sociais e laborais da classe operária.

Nos períodos anteriores às reestruturações, os trabalhadores empregados nas fábricas procuravam, através da ação organizada, estabelecer melhores condições de trabalho, valorização salarial e ampliação dos direitos sociais, mas a partir de 1980 esta organização sofre com as mudanças estruturais do mundo do trabalho. Pode constatar-se, por vezes, que a progressão dos contratos a termo, a par com uma redução significativa de trabalhadores permanentes, tem conduzido a uma segmentação no interior da fábrica entre trabalhadores efetivos e trabalhadores com estatutos precários, fazendo com que antigas solidariedades

sejam estilhaçadas e projetos coletivos em torno de problemas laborais sejam inviabilizados.

Estes trabalhadores, ao entrarem de forma maciça nas empresas ao mesmo tempo que dezenas de antigos trabalhadores são afastados, tendem a ser encarados pelos «da casa» como uma ameaça. Além de se encontrarem numa situação incerta quanto ao seu futuro profissional, com menores níveis salariais e menor proteção social, sujeitos a níveis elevados de rotatividade (entram e saem sucessivamente na empresa), defrontam-se, ainda, com atitudes de desconfiança e menosprezo. Os conflitos e tensões entre efetivos e temporários são notórios e manifestam-se quotidianamente nas relações de trabalho e nos discursos

5.1 – A “desfiliação”

Castels utiliza a expressão “*desfiliação*” para indicar a ausência da participação do trabalhador em qualquer atividade produtiva e a falta de proteção social. Outro conceito utilizado por ele é o da “*vulnerabilidade social*” como zona intermediária entre a filiação social e a desfiliação social, caracterizada pela precariedade de trabalho e a fragilidade dos suportes sociais.

O conceito de “desfiliação” também tem expressão na crise do sindicalismo atual. Com efeito, duma consciência operária, do “*orgulho de pertença à classe operária*”, que definia um certo tipo de relações de produção transitou-se para uma “*individualização das relações de trabalho*”.

Cada trabalhador, tende, assim, a lutar individualmente por manter as regalias sociais historicamente adquiridas e menos a lutar por um projeto coletivo, o que fragiliza a negociação.

Paralelamente um outro movimento com forte pendor corporativista de certos estratos laborais com capacidade reivindicativa (pilotos, juízes, professores, médicos e outros sectores estratégicos) aumenta a separação e divórcio entre os vários segmentos das classes trabalhadoras.

CONCLUINDO:

- É, pois, dentro deste quadro teórico que coloco, de seguida, as **minhas questões de pesquisa** e que integram o objeto científico do meu estudo:

Neste “Mundo de Trabalho em Mudança”, interessou-me, sobremaneira, estudar percursos de trabalhadores de Setúbal, atualmente desempregados, em trabalho precário

ou reformados, a forma como têm lidado com estas situações e que compreensões têm delas, de modo a conhecer e caracterizar suas vivências, estratégias de sobrevivência, recolocação no mercado de trabalho e as repercussões nas trajetórias de suas vidas a nível profissional, pessoal (“self”), familiar, associativo e político. Também era de meu interesse, conhecer o papel dos mecanismos institucionais protetores em suas vidas e das diversas redes de solidariedade. Finalmente, interessava-me perceber o papel do Serviço Social mais adequado neste contexto de mutações do mundo do trabalho

II – METODOLOGIA

Neste capítulo apresento e fundamento as opções metodológicas realizadas, bem como identifico as técnicas de investigação de que me servi, expondo as suas virtualidades e limitações, na sua ligação com o objeto de estudo em análise, tecendo ainda algumas considerações sobre determinados momentos críticos no decorrer da sua realização.

A construção do objeto de estudo desta pesquisa e o modelo de análise, resulta de um conjunto mais ou menos complexo, mas necessariamente interligado, de opções, designadamente de ordem metodológica. Por esta razão, tanto a técnica de recolha de informação como a perspetivação e análise dos elementos empíricos recolhidos serão condicionadas pelo tipo de análise a que recorri.

Consciente de que o método é, uma estratégia geral de investigação, constituída por um conjunto de procedimentos orientadores da pesquisa empírica, aprofundi as metodologias mais utilizadas nas investigações das ciências sociais. Assim, tradicionalmente, no domínio da metodologia de investigação das ciências sociais, é possível distinguir dois tipos fundamentais: as de cariz quantitativo e as de pendor qualitativo.

As metodologias quantitativas "baseiam-se numa lógica dedutiva, onde as teorias e as hipóteses são testadas numa ordem de causa-efeito. Conceitos, variáveis e hipóteses são escolhidos antes do trabalho de campo começar e permanecem fixos durante o estudo" (Creswell, 1997: 7).

Em alternativa, numa perspetiva metodológica qualitativa prevalece uma lógica indutiva que Creswell concretiza:- "As categorias emergem das informações, em vez de serem identificadas à priori pelo investigador. Esta situação potencia a formação de contextos-limite de informação muito ricos que conduzem a padrões ou teorias que ajudam a explicar o próprio fenómeno" (Ibidem).

Esta metodologia “*conduz-nos a uma abordagem “compreensiva” e torna-se mais pertinente para explicar os períodos de crise, particularmente aqueles em que se assiste a transformações culturais com profundas mudanças ao nível das práticas sociais*” (Creswell, 1997: 7).

A partir do que foi explicitado nos capítulos anteriores deste documento, justifica-se que o desafio metodológico desta pesquisa passe pela problematização das potencialidades explicativas da realidade social a partir de uma abordagem dos sujeitos, entendidos na sua singularidade contextual. A compreensão sociológica foi inaugurada por Max Weber e reconduz-nos à interpretação do sentido que os indivíduos dão à sua conduta.

Este trabalho segue de perto as modalidades de atuação próprias de uma abordagem qualitativa dos fenómenos sociais que possibilita a identificação de aspetos sociologicamente centrais, como a experiência subjetiva do desemprego, as perceções individuais das redes sociais de sobrevivência e proteção ou de reinserção ocupacional.

Este enfoque teórico-metodológico suporta-se, em grande medida, em alguns dos legados weberianos que inauguraria a sociologia compreensiva. Para Weber, a preocupação central da sociologia deveria passar pela apreensão da componente significacional que os sujeitos atribuem à sua ação. Recusando o monopólio explicativo das estruturas sociais na compreensão da ação social, Weber abre as vias do possível para a compreensão do sentido implicado e conscientemente invocado nas ações racionais dos sujeitos, tal como Guerra sintetiza:

- “*Weber pretende fazer da sociologia uma disciplina que encara os acontecimentos da vida humana sob o ângulo da sua significação cultural, distinguindo-se assim claramente de um tipo de análise que visa descobrir as leis da regularidade do funcionamento societal*” (Guerra, 2006: 7). Confere-se, então, a centralidade ao indivíduo e ao discurso que o mesmo é capaz de produzir, mas não descurando as regularidades sociais que enformam a singularidade da sua trajetória.

Técnicas de pesquisa

Após a apresentação da escolha da estratégia geral da pesquisa, que me dispus a efetuar anoto as técnicas de investigação acionadas no decorrer da mesma, isto é, os procedimentos para obter certos resultados na *recolha e tratamento* da informação requerida pela atividade de pesquisa”. Utilizei como orientação comum a todas as entrevistas um **Guião** (ver em anexo)

A centralidade atribuída aos indivíduos e às suas narrativas traduz-se **nos grandes planos de análise em que a pesquisa repousa e onde mergulha** para, então, inferir sobre os traços de cariz macroestrutural que configuram a situação dos sujeitos.

Trata-se sempre “de atores situados em contextos de ação concretos, e a atenção à criação de significações pelos atores, centro de interesse das problemáticas interpretativas – remete para uma dimensão social fundamental que corresponde à relação entre as perspectivas dos atores e os contextos nos quais se encontram implicados” (Guerra, 2006: 18)

Relativamente às técnicas da recolha de dados é sobretudo o recurso à entrevista semi-directiva que se impõe.

A entrevista semi-directiva, de acordo com Haget, “pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um guião de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com a problemática central” (1995: 86).

Entroncando diretamente no âmbito das metodologias compreensivas, as entrevistas podem ser criticadas pela potencial perda de objetividade do entrevistador, alicerçada em algumas tensões:

- “Tensão porque o narrador cria a sua própria racionalidade no discurso e porque o cientista terá de descodificar essa racionalidade posteriormente, mas também tensão porque o «voyerismo» sociológico não é suficiente para descansar o espírito do investigador relativamente ao facto de nada ter para retribuir essa dádiva de partilha da intimidade, sobretudo quando se trata de populações desprotegidas e com graves carências” (Guerra, 2006: 21).

Por isso, a entrevista é extraordinariamente exigente para com o(a) entrevistado(a), porque a racionalidade de uma vida, ou de uma decisão:

- “É encontrada exatamente ex post, no momento da narração; aí, os elementos que na altura pareciam dispersos e as racionalidades que no momento emergiam como espontâneas estruturam-se num todo coerente que amarra o fio condutor de múltiplas decisões e ações”, (Guerra, 2006: 21).

Nesta ordem de ideias, a entrevista constitui um enorme desafio para o entrevistador que parte para essa situação munido de um guião ou de um conjunto mais ou menos alargado de tópicos ou de temáticas um *caderno de encargos* mais ou menos definido do que espera da entrevista, mas cuja execução não pode pôr em risco o papel de facilitador e simultaneamente cerceador do discurso do seu entrevistado, condicionando, assim, adicionalmente, o próprio ato de comunicação em que se constitui a entrevista. Esse momento delicado e crítico na gestão imediata do que há a fazer, a dizer e a silenciar.

Este Trabalho, sobretudo, enquanto tributo de um percurso de aprendizagem, partilha dessa fragilidade, reconhecendo que a opção pelas entrevistas implica um risco na gestão das mesmas.

Haveria sempre outras questões a colocar, diferentes formas de enunciar o que se pretendia, distintos reajustes nesse ato único que constitui a entrevista.

A partir de uma base de dados reunida no decorrer de um projeto de investigação sobre o desemprego em Setúbal, alguns dos sujeitos inquiridos manifestaram-se disponíveis para contactos posteriores, visando um aprofundamento da informação recolhida, cedendo para esse efeito os seus dados de contacto. Foram, assim, seleccionados alguns dos indivíduos que encaixavam nos perfis definidos para a pesquisa. A diversidade de perfis seleccionados procura dar resposta à questão central que se coloca na análise compreensiva que passa pela definição de “*uma pequena dimensão de sujeitos «socialmente significativos» reportando-os à diversidade de culturas, opiniões, expectativas e à unidade do género humano*” (Guerra, 2006: 20).

Os primeiros contactos foram efetuados pessoalmente, mas com bastante informalidade, nos quais procedi a uma explicação sobre os objetivos inerentes e indagando sobre a disponibilidade para a marcação de um encontro com vista à realização de uma entrevista. Houve apenas um desempregado que não aceitou ser entrevistado, por se encontrar psicologicamente muito fragilizado. As entrevistas foram realizadas entre Maio e Dezembro de 2011. As pessoas contactadas acederam em ser entrevistadas. As entrevistas realizaram-se, umas na casa das próprias pessoas, outras num gabinete da Igreja de N^a Sr.^a da Conceição em Setúbal. A inexistência de ruídos possibilitou uma razoável gravação áudio. As entrevistas em número de 5 pautaram-se pela “clarificação de duas noções básicas: a de *diversificação* e a de *saturação*” (Guerra, 2006: 20).

O início das entrevistas coincidia na apresentação dos objetivos da pesquisa e ressaltando-se sempre, o anonimato que recobria a utilização das entrevistas e solicitando, ainda, autorização para o registo áudio das mesmas. Deste modo, procurou-se cumprir com “*os dois princípios éticos, que são o de informar corretamente os indivíduos acerca dos objetivos da investigação e o de proteger as fontes*” (Guerra, 2006: 22).

A diversificação dos perfis dos entrevistados (idade, género e sector de atividade) assegurou-se no momento de seleção. O critério da saturação foi acionado no decurso das

entrevistas, quando alguma da informação recolhida começava a repetir-se em função das questões de pesquisa enunciadas.

O material recolhido em suporte áudio foi alvo de um processo de transcrição integral a que se seguiram fases de leitura e de análise das entrevistas, seguindo o procedimento da “sinopse, mensagem e histórico”.

A estratégia de redação e apresentação da análise das entrevistas procurou ir ao encontro de um duplo desígnio, paradoxal e (por vezes) contraditório: há uma *história* que este trabalho se propõe contar. Trata-se de uma *história* suportada pelos pilares teóricos e pela interpretação de dados das entrevistas que num equilíbrio entre o interesse pessoal que eu tinha, “a priori”, e um conhecimento empírico de senso comum, foram abrindo o sulco pelo qual a *história* se deveria construir ao longo das várias entrevistas efetuadas: a história dos desempregados em contextos sociais diferentes.

Procurei fazer-me eco das narrativas das pessoas entrevistadas, consciente de que a metodologia qualitativa seguida pode não apresentar uma visão ampla, do ponto de vista estatístico, que, eventualmente, alguns leitores desejariam ou de na análise efetuada às entrevistas não ter correspondido ao vasto campo teórico que apresentei. Tal se deve, todavia, em grande parte, à amplitude e complexidade das questões subjacentes às “histórias de vida” das pessoas entrevistadas, aos cenários económicos, laborais e políticos que se configuram no mundo atual e a tratar-se numa Dissertação de Mestrado que não possui as ambições dum Trabalho final de Doutoramento.

III – PERCURSOS DE VIDA DE DESEMPREGADOS DE SETÚBAL: efeitos do desemprego e sofrimento

1- Apresentação e análise dos resultados das entrevistas

Após a recolha da informação perante o desafio metodológico da sua análise e com o objetivo de construir possíveis “ideal-tipo” dos desempregados, apoiei-me no método proposto por Marc-Henry Soulet (2002) que se baseia na proposta de modelização da pesquisa qualitativa preconizada por Joseph Maxwell (199) e que se foi transformando numa metodologia própria do material recolhido.

Tendo em conta o objeto do meu estudo, pretendi, então, captar, o percurso vivido pelos desempregados que entrevistei numa perspetiva que parte deles próprios. Fi-lo, repito, baseando-me no método de Soulet (2002). O primeiro tipo de análise corresponde

segundo os autores enunciados, à interpretação local. Esta faz-se em três momentos: a sinopse, o histórico e a mensagem.

O primeiro passo, após a audição do registo áudio das entrevistas foi proceder a uma sinopse, ou seja a fazer um resumo de modo a deixar-me impregnar pela entrevista, pelas experiências relatadas pelos entrevistados o que gerou em mim uma apropriação e já uma certa abstração.

Após este primeiro passo fiz o histórico das entrevistas, ou seja, procurei compreender o encadeamento dos factos e da conduta do entrevistado em relação ao “problema”, tal como aparece relatado nas mesmas, a partir do ponto de vista dos entrevistados. Isso ajudou-me a perceber a estrutura da relação deles com o problema e a sequência das suas reações e, comportamentos e ações desencadeadas.

O terceiro passo, e seguindo o método atrás referenciado, consistiu em extrair das entrevistas a mensagem que me foi transmitida por eles. Ouvi de novo cada uma das entrevistas na tentativa de responder a uma questão: o que é que o entrevistado me queria dizer?

Depois destes três momentos comecei a delinear a minha perspetiva, ou seja, a tentar compreender em que é que esta história me ajudava a responder às minhas questões de pesquisa.

Procedi da mesma forma relativamente a todas as entrevistas e procedi a uma análise transversal das suas interpretações locais e desenhei, finalmente, o mapa das pistas fornecidas por elas: a ligação entre elas deu-me a história comum dos entrevistados.

Concluindo, a interpretação local correspondeu à interpretação transversal das interpretações transversais.

2 - “HISTÓRIAS DE VIDA”

A - Entrevista com Granadas

A Entrevista que fiz ao Granadas, homem de 59 anos, casado, pai de uma filha licenciada, em trabalho precário e deslocada, decorreu, num fim de tarde de domingo e prolongou-se por mais de duas horas e meia, em sua casa.

a) – O Granadas é um homem cuja trajetória de vida foi muito marcada desde a infância pelo sofrimento e pobreza. A família era constituída por cinco irmãos, e os pais, vendedores ambulantes, de terra em terra, faziam cestos de junco e outros arbustos colhidos nas ribeiras e que vendiam de terra em terra.

Os pais eram muito pobres e com enorme dificuldade para alimentarem os seus filhos. Deixavam-nos, por isso, sozinhos em casa durante alguns dias, com pouca comida e os mais novos entregues aos cuidados dos mais velhos.

Um dia O Granadas ia com os pais e ao passarem numa aldeia, um pastor ofereceu-se para cuidar dele a troco do seu trabalho, prometendo escola, alimentação, casa e roupa. Ele passou dois ou três anos aí, mas com muito más recordações. Andava descalço mesmo quando havia geadas, e não o mandavam à escola. Encarregava-se de levar o rebanho a pastar. Um dia a sua mãe passou por lá e ao vê-lo cheio de frio e muito magro decidiu levá-lo com ela.

Depois os seus pais conseguiram que uma senhora, possuidora de bastantes terrenos, lhes desse um bocado de terra para construírem uma habitação. Levantaram as paredes, mas só tiveram dinheiro as telhas. Nas portas, apenas, um taipal. Os dois irmãos mais novos, um dos quais o Granadas, dormiam aí no chão, com uns velhos cobertores, enquanto os pais se ausentavam durante alguns dias para venderem os seus objetos.

b) - O Granadas aos doze anos foi trabalhar com o irmão e um amigo para um ferrovelho. Recordou que esta primeira experiência de trabalho foi muito dura, devido à idade e à natureza do trabalho.

Depois foi mudando de emprego até que um dia decidiu emigrar clandestinamente para França, isto na década de sessenta. Foi apanhado pela guarda fronteiriça e açoitado, sendo libertado, dois dias depois, com sérias ameaças feitas pela PIDE.

Voltou a trabalhar desta vez na construção civil, e em várias empresas, algumas de pequena dimensão, muito mal pago e sem direitos sociais até que chegou a idade da tropa.

Descobre através dum amigo o partido comunista que foi para ele uma resposta e uma orientação de vida.

Prestou serviço militar na guerra colonial como auxiliar de enfermagem. Recordou as atrocidades das guerras, os ferimentos gravíssimos de colegas e os mortos.

Regressado a Portugal, em 1976 e após o serviço militar começou por trabalhar em duas empresas, Setenave e Entreposto Industrial.

c) – Foi descobrindo e sentindo, pouco a pouco, o seu dever de militante. Foi membro de Comissões de Trabalhadores e Delegado sindical. Era período em que os salários e os direitos sociais conquistados com 25 de Abril garantiam uma vida digna e sustentável.

Com o salário da esposa e o seu pagavam os estudos da sua filha na universidade.

Com a crise dos anos 80 e com o encerramento do Entreposto Industrial caiu no desemprego. Devido aos encargos financeiros que tinha, acumulava o subsídio de desemprego com trabalho clandestino e precário.

Um dia teve um gravíssimo acidente de trabalho com consequências ao nível da coluna vertebral.

Dois anos depois e não conseguindo viver na inatividade, lançou-se, de novo, a fazer alguns biscates até que foi acometido por uma doença do foro oncológico, motivo pelo qual teve de ser sujeito a várias cirurgias que o afastaram definitivamente do mercado de trabalho.

Foi-lhe atribuída uma pensão por incapacidade, o mesmo acontecendo à sua mulher por ser diabética. A soma das duas pensões ronda os 600 Euros.

Falou-me do seu ambiente familiar, da boa relação com a sua esposa, a quem refere como uma verdadeira companheira de vida e do amor pela sua filha.

Há três anos ajudou a lançar uma Associação de Reformados e Pensionistas e continua a sua militância política e partidária.

Fala com revolta e indignação da crise, injustiças e exploração que aumentaram no país, mas mantém forte consciência operária e dos valores históricos da classe operária: transformação do mundo, luta contra a exploração, solidariedade e paz.

Uma grande preocupação manifestada foi o facto de a sua filha não encontrar emprego compatível com a licenciatura que tirou.

Terminámos a entrevista com o seu lamento e enorme tristeza de não poder continuar a trabalhar por motivos de saúde.

B - Entrevista com Joaquim Paiva

A Entrevista demorou cerca de três horas. Contou a trajetória da sua vida. Oriundo duma família de oito irmãos, mãe operária das Conservas e pai pescador.

a) - Recordou a sua infância como tendo passado muita fome e lembra-se que um dia pediu um pouco de pão à avó e ela lhe disse: - “*Pensas que isto é uma padaria?*”. A Mãe só tinha trabalho algumas horas por dia quando havia peixe. Depois, durante o “defeso”, e passavam muita fome.

Fez a quarta classe e aos treze anos começou a fazer pequenos trabalhos e recados. O percurso da sua vida de trabalho foi extremamente diversificado e tortuoso. Fez de tudo um pouco. Foi para a tropa, mas desertou (tempo da guerra colonial). Castigado, cumpriu mais de 6 anos no exército.

Depois da tropa e antes do 25 Abril trabalhou na Lisnave, como operário metalúrgico, donde guarda como melhor recordação o facto de pela primeira vez ter tido trabalho estável, embora com salário baixo. Após o 25 de Abril, considera que a sua vida melhorou muito, com melhor salário e com regalias sociais. Foi a altura em que pôde comprar carro e passar férias.

Quando a crise entrou no distrito de Setúbal, pelos anos 80, já estava na Setenave. Aí começou o Calvário da sua vida: salários em atraso, greves, insegurança, perda de direitos... até que um dia foi vítima dum despedimento coletivo. Pouco trouxe de indemnização a qual foi gasta, rapidamente, pois tinha de alimentar a família um agregado de quatro pessoas.

Emigrou para vários países, com contratos temporários de 1, 2 ou 3 meses. Pouco dinheiro conseguiu amealhar, dado que depois passava meses sem trabalho.

Entretanto os filhos casaram, tiveram filhos e também foram ficando desempregados e vinham ter com ele para os ajudar. Nesta fase da sua vida começou um itinerário de

trabalho temporário por muitas empresas e diversos sectores de atividade. Quase sempre sem direitos ou contrato de trabalho.

b) - Em toda a conversa sobressaía:

- A importância do trabalho como base para a sua vida
- A capacidade crítica que demonstrava face às organizações sindicais, partidárias e principalmente atitudes egoístas das pessoas
- O sentido de dignidade da sua auto estima
- A falta de esperança

A questão da solidariedade entre trabalhadores aconteceu, para ele, apenas esporadicamente, quando se organizavam para fazerem entre si a divisão do trabalho por turnos ou as horas extraordinárias.

Recordou os tempos em que ao fim de semana podia dar uma volta com a família e até comer em alguns restaurantes. Para ele o trabalho, referia permanentemente, era a base para a toda a sua vida.

Falou da sua estadia nos estaleiros navais em Nantes (França), da sindicalização, das lutas, dizendo que em Portugal foi sindicalizado várias vezes, mas que nunca quis ocupar funções no sindicato.

Guardava ressentimentos e críticas contra oportunismos partidários que conheceu e atribuía ao partido comunista muitos dos males que os trabalhadores tiveram de suportar, pois não os defendiam, mas apenas as suas ideias.

Contou com muita mágoa que quando começou a não ter trabalho a sua família foi-se desmoranando. Os seus filhos também desempregados era a casa do pai que vinham pedir ajuda, mas começou a não poder ajudá-los.

Sente-se, agora, doente, sem forças, com dores, mas não vencido da vida. Várias vezes falava na ignorância do povo como causa dos males de que padecemos.

Afirmou que nunca foi comunista, filiado, mas que só viveu bem no tempo de Vasco Gonçalves.

Para ele o acontecimento mais traumatizante da sua vida foi quando se separou da mulher, que segundo, ele, não a podia sustentar.

C - Entrevista com Joaquina

Joaquina tem 68 anos, nascida e criada na cidade de Setúbal, vem de uma família trabalhadora, filha de pai pescador e de mãe operária numa indústria de conservas e irmã de dois rapazes e três raparigas. Foi casada durante 4 anos, e tem uma filha e uma neta. É reformada desde os seus 63 anos, final da sua atividade profissional.

a) - O seu percurso escolar, em comparação com os dias de hoje, foi curto: aos 10 anos terminou a 4ª classe, na Escola dos Pescadores, (por ser filha de um marítimo), e era neste mesmo estabelecimento de ensino, que por vezes tinha a sua única refeição do dia. Conseguiu dar continuidade aos estudos, concluindo o 7º ano numa outra escola.

b) - Já o percurso de vida profissional, também comparado com os dias de hoje, pode-se dizer que foi precoce. Aos 10 anos começou a trabalhar, sempre conciliando com os estudos, regava o jardim e outros espaços verdes de uma quinta, em que era paga de 15 em 15 dias. Aos 13 anos, após conclusão dos estudos, começou a trabalhar junto da sua mãe, na fábrica de conservas de sardinhas onde fez de tudo um pouco. Chegou mesmo a trabalhar com as máquinas e após 2 a 3 anos acabou por sair por sua vontade própria.

Mas não ficou por aí. Teve vários empregos;

- Estafeta num armazém farmacêutico;

- Empregada de balcão e contabilista de uma pastelaria/café conhecida por Benjamim;

- Operária, durante 23 anos, na mecânica Setubalense, fabrico de latas para conserva, até esta encerrar por falência. Devido às dificuldades financeiras da fábrica alguns salários ficaram por regularizar;

- Restauradora do Palácio D`El Carmen, na Serra da Arrábida, durante cerca de 10 anos;

- Assistente, durante cerca de 12 a 14 anos, numa oficina de azulejaria, no vale da rosa. Fez um pouco de tudo, desde a produzir, cortar e pintar azulejos manualmente, participou em diversos trabalhos de restauração em Setúbal e em grandes obras em Lisboa. Mas, o negócio foi abaixo juntamente com a queda de construções destas habitações ricas, o que levou a ter que procurar outro emprego, já numa idade avançada;

- Empregada de limpeza em duas empresas, em que numa delas durante cerca de 4 a 5 anos. Devido a problemas de saúde, teve de procurar outra atividade profissional;

- Empregada na Merlony, sendo este o seu último emprego, aos 63 anos.

c)- Na sua vida houve uma trajetória em que a dimensão militante, sindical e política esteve presente, nascendo da sua revolta desde nova, ao presenciar as condições de trabalho e as dificuldades vividas pelos seus pais e pelas pessoas em seu redor.

Sindicalizou-se, já antes do 25 de Abril e afirmou que aprendeu muito no sindicato, como por exemplo: a diferença que há entre o mal e o bem das pessoas, a essência da vida das pessoas e como elas vivem; aprendeu a falar e a dialogar com os outros, a ver a vida que as pessoas levavam antigamente e a ajudar os outros. Foi aí que foi fazendo a sua formação como pessoa. No Sindicato foi sempre muito ativa, passou pela União de Sindicatos, pela Intersindical e ainda se deslocou à Polónia para tirar um curso sobre o sindicalismo.

A sua primeira ligação formal ao partido, foi com o MDP, afastando-se deste, antes do 25 de Abril. Contou que foi uma das pessoas que formalizou a posse das instalações do partido comunista, em Setúbal. Conta que tinha uma enorme paixão pela vida e luta partidária, devido à sua força para se integrar nas coisas e para lutar contra a opressão, contra tudo o que era de mau e exploração. Essa força, diz ela, vinha-lhe das vivências do seu passado de pobreza, motivando-a a ter este compromisso partidário, mas os ideais do partido ideais também contribuíram.

Apesar de ser da religião católica, Joaquina nunca misturou a religião com a política, como também nunca lhe criaram barreiras ou dificuldades pela sua opção religiosa.

Hoje, vê muitas diferenças no seu partido, desde a falta de solidariedade de uns para com os outros, à falta de amor ao partido. Sente um desencanto e um desânimo.

Depois de Reformada, fez parte de um Movimento de Reformados, numa associação, mas que no seu ver, não foi uma experiência muito positiva. Em sua opinião, as pessoas que estavam à frente das coisas, com muita pena, não tinham formação e capacidade para tal, e as que tinham esse mesmo perfil eram afastadas. Acredita que podia ter sido uma coisa boa.

e) - Na sua opinião, vê uma juventude sem futuro, mas que quer lutar, lutar por uma vida melhor, por melhores condições de trabalho, para ter alguma coisa. Reconhece que no partido comunista há muitos jovens, “*vê-se muita juventude, mas falta a vivência no dia-a-dia daquela militância, e que na prática, foi tudo por água abaixo*”, afirma ela.

Acredita que os valores fundamentais para dar sentido à história, à vida humana e para haver futuro, é: respeitar todas as pessoas, os trabalhadores, o semelhante, mas acima de tudo, solidariedade, ser sempre solidário, não só em datas específicas.

Em relação à atual situação política, em que o chamado Estado Social, (habitação social, saúde, reforma...) Joaquina não tem palavras para dizer o que pensa, mas deixa este desabafo de indignação:

- *“Eles apostaram em terem maioria absoluta, um governo absoluto, um presidente deles. Um presidente, um governo e a maioria, tiveram, para simplesmente acabarem com tudo. Vão acabando aos poucos, com tudo o quanto era do 25 de Abril, sanear o 25 de Abril, tudo quanto está na Constituição vai ao ar. Porque eles querem e por serem a entidade patronal, para poderem ter mais mãos livres para explorar, entregar tudo às mãos dos privados. Existe uma ânsia de ganância e poder. Isto é um circo. Há-de vir a altura que isto dá a volta outra vez.”*

E o seu desejo final é: - *“Queria que isto mudasse e que houvesse esperança, coisa que não vai haver, vai ser muito difícil. Para o próximo ano o que desejo é que todas as pessoas tivessem pão, paz e sossego. Que se modificasse todo o sistema, que houvesse paz para todos. É esta a minha vontade.”*

D – Entrevista com Custódio

a) - O Custódio está casado com Katia. Têm respetivamente 26 e 24 anos. Ele tem apenas o 8º ano de escolaridade obrigatória e ela o 4º ano. Todas noites vem ao Restaurante Social da Paróquia de Nª Srª da Conceição, em Setúbal, buscar o jantar para ele, esposa e duas crianças.

Estão os dois desempregados. Atualmente vivem em casa da sogra dele, pois tiveram de abandonar a casa em que habitavam (herança dos avós) por não terem dinheiro para pagar a eletricidade e a água, pois apenas sobreviviam nos últimos meses com os abonos de seus dois filhos, um de 7 meses e outros de 4 anos. Infelizmente, também a sogra tem uma pensão só de 310 Euros. Por isso, o casal viu-se obrigado a recorrer ao pedido da solidariedade.

O Custódio disse que enquanto era criança, muitas vezes não ia à escola, ficava a brincar na rua, mas que a sua mãe não sabia.

b)- Foi criado só pela mãe, não tem irmãos. Pais divorciaram-se, e, depois, disso nunca mais viu o pai que desapareceu para o estrangeiro quando ele tinha cinco anos. A mãe ia trabalhar em limpezas e regressava a casa no fim do dia e, por isso, ficava grande parte do tempo sozinho.

Hoje arrepende-se de não ter estudado mais, pois, assim, não pode frequentar cursos de formação profissional.

c) - Foi-me relatando que ao longo da sua vida nunca teve um trabalho efetivo, sempre um trabalhador precário. Nunca fez formação profissional devido a não ter o 9º ano de escolaridade. Na maior parte dos casos o patrão não fazia descontos para a Segurança Social e, por isso, só em raros períodos da sua vida teve direito a subsídio de desemprego.

O último emprego que teve, por conta dum subempreiteiro, numa grande empresa terminou numa forma abrupta. Um conflito com outro trabalhador motivou o seu despedimento com justa causa. Ficou, por isso, sem direito a subsídio de desemprego.

Quando entregou a sua candidatura para o RSI ela foi indeferida, pois ele havia recebido mil e cem euros no final do mês de Julho, valor que excedia aquilo que a regulamentação previa para o seu caso. Explicou que nos meses seguintes não auferiu qualquer quantia pois não voltou a trabalhar e a Segurança social não tinha tido isso em conta.

A esposa trabalhou sempre no âmbito da indústria hoteleira, mas em trabalho precário.

d) - Quando lhe perguntei o que pensava dos Sindicatos e da classe operária mostrou um desconhecimento quase total sobre esse assunto, pois nunca tinha sido sindicalizado nem participado em qualquer luta ou manifestação. Todavia, disse-me que admirava pessoas que lutam contra a injustiça e contra o desemprego, mas que nunca foi a uma manifestação ou fez greve.

À pergunta que lhe dirigi, se alguém lhe oferecesse um trabalho sem horário fixo, e com mais de 40 horas por mês, a ganhar só o salário mínimo e a não fazer descontos, ele

respondeu-me, de imediato, que aceitaria, pois, o que queria era poder dar de comer aos filhos e à esposa.

E - Entrevista com a Joana

A entrevista com a Joana decorreu numa forma muito agradável. Entrevista em ambiente descontraído em que as palavras fluíam como a água num declive do rio.

a) - É uma jovem de 26 anos, licenciada em Engenharia do Ambiente, oriunda de uma família muito pobre do bairro da Bela Vista, em Setúbal. São seis irmãos, três rapazes e três raparigas. As três irmãs fizeram licenciaturas. Os irmãos emigraram para Holanda e Inglaterra.

Desde os 14 anos que viveu apenas com alguns dos irmãos, pois, os seus pais abandonaram-na. Falou-me das dificuldades económicas da família e do esforço que tiveram de fazer para crescerem. Normalmente conseguia ter Bolsa de Estudos. Na sua trajetória ela passou por múltiplos tipos de trabalho, sempre precário, desde pastelarias, fábricas, com turnos até à noite.

b) - Estudou no Instituto Politécnico em Setúbal numa primeira fase; depois concluiu a Licenciatura em Beja. Nesse período, as aulas eram durante a manhã e à tarde ia para Lisboa, para o Centro Comercial Colombo trabalhar, donde regressava pela meia-noite.

A partir dos 14 anos, ela e as irmãs foram sempre trabalhar nas férias para poderem ter dinheiro para as suas coisas pessoais e estudos. Começaram por distribuir propaganda nas ruas e em casas, mas ficou-lhe uma amarga recordação, pois, no final do mês o “patrão” desapareceu e não lhe pagou nada!

Fez experiência de trabalho em Fábricas ligadas ao sector automóvel, trabalhou num Call Center (onde guarda recordações de uma grande exploração pelos ritmos de trabalho e ter de “enganar” as pessoas para vender os produtos da empresa), depois em serviço de limpezas a partir das 5 da manhã (já licenciada) no Jumbo de Setúbal.

Guarda boas recordações de uma fábrica onde esteve alguns meses, isso, devido ao trabalho em equipa e ao ambiente de amizade entre colegas. Posteriormente e, durante

vários meses, trabalhou também no supermercado Modelo. Depois aproveitou uma oportunidade de fazer na Auto Europa um Curso de Higiene e Segurança, mas não encontrou trabalho nessa área até ao momento.

Pelos trabalhos variados e sempre precários por onde passou sempre conseguiu estabelecer amizade com colegas, alargou os seus conhecimentos e trabalhava por necessidade de encontrar meios financeiros para os seus estudos.

Disse que no passado havia muita facilidade em encontrar trabalho e que agora participa na organização de alguns eventos de animação cultural, mas que umas vezes é a título voluntário e outras remuneradas, mas que a situação é muito instável.

Sente uma frustração pelas capacidades e formação que tem e não arranjar emprego compatível. Dedicar os fins-de-semana a trabalhar com um Movimento Educativo de Crianças no Bairro.

c) - Na entrevista falámos de palavras-chave como “política”, “sindicatos”, luta de classes”, “greve”, “manifestações”. Revelou que a sua formação política ou sindical é muito pequena e que nunca participou em nada, talvez por não ter trabalho estável, mas acha que é importante as pessoas se reunirem e manifestarem.

Aprecia e valoriza muito a solidariedade, a dedicação aos outros e ideias como paz, justiça, simplicidade e defesa do meio ambiente. Revelou um sentido de esperança e motivação para construir o seu futuro, mas pensa emigrar no próximo ano.

No final da Entrevista disse que gostou muito da conversa, que o tempo “fugiu” e que quer continuar a falar sobre estes assuntos.

2.1 – Consequências do desemprego no “Self”/Identidade/Projeto de Vida

O objetivo da minha pesquisa era ver a vida por detrás dos números. Estamos habituados a lidar com as estatísticas do desemprego, mas esses números não dizem nada sobre a completa instabilidade e incerteza com que as pessoas desempregadas vivem:

- “Nem imagina, só me apetecia meter a cabeça dentro dos lençóis e chorar! Se tivesse um buraco na casa enterrava-me. As pessoas com quem me dava deixaram de me telefonar, não sei se por me verem vir buscar a comida ao Restaurante Social. Se não fossem as minhas duas crianças, uma de 2 anos e outra de 7, não sei o que teria

sido da minha vida! O meu marido também apanhou uma depressão!”, diz Susana, jovem esposa e mãe de duas crianças no dia em regressou ao mercado de trabalho.

E o testemunho de Maurício, 29 anos é também eloquente:

- *“ A minha mulher e eu estamos desempregados. Temos três crianças. Todos os dias vamos a pé três quilómetros, deixámo-las com os avós para ao menos terem que comer. Nós, (e as lágrimas começam a rolar ao mesmo tempo nas suas faces) não temos nada para comer. E, para mais, não posso trabalhar agora. Estou com este dedo em gangrena. Estava a fazer uns biscates e caiu-me um ferro em cima e esmagou-mo. Não tinha seguro, também. Só temos os Abonos das crianças.”*

E Maria fala com a mesma tristeza:

- *“Fui empregada doméstica, trabalhei em fábricas, varri lixo nas ruas. Tirei um Curso de Esteticista pago por mim...mas não encontro nada para fazer!”*.

Maria é um retrato a duas cores, pois a tristeza profunda é envolta num sorriso de simpatia e gratidão.

Estes testemunhos enquadram-se em notícias dramáticas que, dia a dia, surgem na Comunicação Social:

- Crianças que vão para as escolas sem o pequeno-almoço e que apenas têm como refeição o almoço fornecido nas instituições escolares.

- As discussões familiares que proliferam e a violência doméstica que alastra.

A experiência do desemprego vivida pelo indivíduo na esfera social e económica contamina, necessariamente, a esfera da sua vida privada. As alterações nas condições laborais acarretam para o indivíduo que as experimenta efeitos corrosivos sobre várias dimensões da sua vida pessoal e na própria construção da sua identidade e da realização do seu projeto de vida.

Os testemunhos destes desempregados apontam que, sem trabalho, para além da perda da fonte de subsistência, se assiste a uma total desqualificação social, a uma perda de identidade e de sentido do viver: - *“Ando de lado para lado, não sei como passar o tempo...”*, diz Eduardo, operário da construção civil.

As pessoas sentem-se cada vez mais desamparadas e desiludidas com as políticas do Governo e com o mercado de trabalho, algumas começam a ficar passivas e resignadas à precariedade. Embora todos os entrevistados responsabilizem a situação do mercado, e do Estado, pelo próprio desemprego, isto não deixa de ter influências na própria pessoa, que acaba por se sentir fracassada e impotente, por não conseguir uma recolocação.

Além da sensação de fracasso pessoal, é comum a indagação sobre o motivo de não se conseguir um emprego.

O atual estado do mercado provoca situações em que mesmo trabalhadores muito qualificados e com alto potencial não conseguem recolocação. Surge então a dúvida: “*se sou tão qualificado, por que não consigo emprego?*”. O trabalhador vive a sua situação sem compreender totalmente o que está a acontecer.

2.1.1 - Articulações dos efeitos do desemprego na Identidade /“Sel” bem como nas relações sociais (isolamento)

Sem trabalho e com poucos rendimentos, deixam de poder cumprir as suas obrigações perante os empréstimos bancários, créditos pessoais e contas mensais. Vivem na iminência de perderem as suas casas, deixam de pagar as contas de telefone, gás, luz e água, e de poder comprar comida e roupa.

Sobrevivem dos apoios das instituições de solidariedade social e dos familiares, amigos e vizinhos. Perdem a sua autoestima, isolam-se dos amigos, deixa de haver espaço para o convívio, sentem-se constrangidos devidos às dificuldades que atravessam. Evitam as despesas de saúde e com medicamentos e vêm-se aflitos perante as despesas escolares dos seus filhos. Muitos sofrem depressões, não conseguem lidar com todas estas preocupações e não sabem o que fazer com tanto tempo livre. Os mais velhos são novos para se reformarem e velhos para trabalhar.

As despesas são restringidas ao estritamente necessário e são os mais jovens que sentem maior dificuldade neste aspeto, pois os mais velhos já viveram outros tempos de privações e convivem melhor com esta situação.

A população imigrante sofre de dificuldades acrescidas para a obtenção e renovação dos títulos de residência e, sem trabalho, não reúnem as condições necessárias para se manterem regulares em Portugal, o que traz ainda mais instabilidade às suas vidas. Por outro lado, existe uma maior competição pelas oportunidades de emprego, o que leva muitas vezes a situações de intolerância e racismo.

2.2 - Consequências do desemprego na dimensão das relações familiares

O testemunho que se segue demonstra a dimensão das relações familiares do desemprego. É o de Joana, viúva há quatro anos. Encostada à porta do Restaurante Social em Setúbal, quase uma hora antes da sua abertura

- *“Estava sozinha em casa e vim para aqui. Chegará alguém com quem possa conversar”*, respondeu-me, ela, assim, à pergunta sobre o motivo pelo qual vinha tão cedo.

Trabalhou como auxiliar de cozinheira, mas uma dor ciática arrumou-a para a pensão de invalidez. A renda de casa leva-lhe quase todo o valor da pensão.

- *“O que eu queria era encontrar um trabalho, fazer umas horas de limpeza, passar roupa a ferro, mas não há trabalho!”* E não tem filhos? - *“É como se não tivesse, tenho dois, mas nem no Natal, nem no Ano Novo me telefonaram! Quando eu trabalhava ou recebia o subsídio de desemprego estavam quase sempre cá em casa. Agora dizem-me que a Segurança Social ou a Caritas que me ajudem! É uma tristeza,”* rematou ela.

A influência do desemprego na relação conjugal

Crespo no seu depoimento afirma: - *“Tenho 42 anos. Vivo sozinho. A mulher foi-se embora. Filhos não tive. Trabalhei na construção civil, fui emigrante e pedreiro”*

E a Susana expressa: *“ Nem imagina, só me apetecia meter a cabeça debaixo dos lençóis e chorar. Se não fossem as minhas duas crianças, uma de 2 e outra de 7 anos, não sei o que teria sido. O meu marido também apanhou uma depressão”*.

- *“O que mais me custou na vida foi a separação da minha mulher logo que fiquei desempregado e sem ter dinheiro para casa”*, lamenta Joaquim Paiva

E o testemunho de Dulce, desempregada há dois anos, demonstra o seu processo de rotura familiar:

- Então, Dulce, que se passa? Pergunto-lhe eu:

- *“ Uma tristeza tão grande. Trabalhei tanto. Tenho 42 anos. Estive em várias fábricas de sumos, de tomate, trabalhos na agricultura e agora, desempregada aqui estou eu!”*. E família? - *“Tenho dois filhos, mas não me ligam.”*.

Dulce, sentada com o prato à sua frente. Não fala. Magra, ar sofrido e triste, diariamente vem comer ao restaurante Social. Não tem esperança de encontrar trabalho. A sua aparência é a de uma mulher, magra no corpo e sofrida na alma. Só a beleza interior poderá compensar o desalinado aspeto exterior!

2.3 - Desemprego e vida familiar: efeitos na saúde e responsabilidade familiar

Vemos muita gente desesperada por não saber como vai pagar a fatura da luz e a renda da casa ou como vai dar de comer aos filhos: muita gente esgotada com a procura constante de emprego sem qualquer sucesso, muita gente depressiva por ter trabalhado a vida toda ver-se agora excluída do mercado de trabalho devido à idade ou à falta de escolaridade/certificação profissional; muita gente cansada por ser constantemente explorada por entidades empregadoras que não respeitam os direitos dos trabalhadores e não pagam os ordenados atempadamente; muita gente desnordeada pois tinha uma vida estável e que agora se encontra na miséria.

- “Sabe, estou desempregado. Fui operário da Movauto (montagem de automóveis), depois, da Renault, e quando ela fechou, fui para a Lisnave como contratado a prazo. Agora estou desempregado. Tive também um problema cardíaco. Não sei como vai ser a minha vida. Tenho uma filha e uma neta ainda para criar... Mas isto há-de ir”, diz Rolando

2.3.1 - A importância das “redes familiares” e interpessoais

“Agora vivo do RSI. Antes, enganava a fome com metade da refeição dum amigo que ia à Caritas buscar o almoço. Também os laranjais de vizinhos eram o meu último recurso” conta Crespo

Podemos, após ponderada análise das entrevistas qualitativas realizadas e doutras fontes, encontrar vários elementos mais determinantes que servem de apoio em tempo de desemprego.

Independentemente do sexo ou da categoria de trabalho dos entrevistados, todos relataram o uso da rede de relações interpessoais, família ou amigos, o meio adotado para conseguirem os seus primeiros empregos, isto é, o primeiro trabalho que recordam foi obtido através de informação e/ou indicação de familiares ou conhecidos.

As Redes sempre tiveram e, ainda têm, uma grande importância na busca de um emprego, tanto em nova recolocação como no primeiro emprego, ainda que a sua eficiência tenha sido muito maior no passado, quando a problemática do desemprego não se apresentava tão grave como hoje em dia. Elas ainda mantêm, ainda, o *status* de uma das principais estratégias de recolocação.

Em relação às estratégias de sobrevivência utilizadas atualmente, percebe-se que todos os entrevistados contam com conhecidos e/ou familiares como ajuda no seu sustento e outras necessidades imediatas.

A família desempenhou um papel muito importante na vida dos indivíduos, tanto no suporte social capaz de aliviar as pressões decorrentes do desemprego como no sentido de representar um elemento a mais de pressão para um retorno mais fácil à atividade produtiva.

No caso em que a família serviu de suporte social normalmente ele vinha, seja do membro do casal que estava a trabalhar, seja dos parentes mais próximos, pais, filhos ou irmãos, assegurando um apoio emocional, e muitas vezes, financeiro para a alimentação e outras despesas básicas:

- *“Estamos os dois desempregados. Atualmente vivemos em casa da minha sogra pois tivemos de abandonar a casa em que vivíamos (herança dos avós) por não termos dinheiro para pagar a eletricidade a água, pois apenas sobrevivíamos nos últimos meses com os abonos dos dois filhos, um de 7 meses e outros de 4 anos”*, relata Porfírio.

Ao considerarem o papel que a família poderá desempenhar no impacto das experiências de desemprego, o primeiro fator que Gallie e Paugam (2000) destacam é o grau de estabilidade da família como instituição. Para aferirem essa situação, os autores têm em linha de conta indicadores tradicionalmente utilizados, como as taxas de casamento, divórcios e o número de filhos fora do casamento. Este nível de observação é complementado com uma análise sobre as responsabilidades da família para com filhos mais velhos e o tempo de permanência em casa dos pais.

Em muitos casos, as oportunidades de reinserção social ocorreram em virtude de uma **rede de contactos pessoais**, amigos ou antigos companheiros de trabalho.

Também assume uma relevante importância o papel desempenhado por **Redes de vizinhança** com carácter de informalidade onde se partilham refeições, se empresta dinheiro, se visitam doentes e se acolhem novos emigrantes:

- *“Antigamente havia aquela doutrina...de se ajudar uns aos outros...ainda me lembro de quando era miúdo... um bocadinho de pão dava para as quatro pessoas...havia uma maçã...havia dois ou três e essa maçã era distribuída por todos... Hoje não se faz isso...”*, diz Joaquim Paiva

- *“Para inúmeros grupos populares, a precariedade das condições de trabalho pode, frequentemente ser compensada pela densidade das redes de proteção próximas e de vizinhança”* (Castels: 1998,p.24)

Muitas vezes eles trocam informações sobre vagas de trabalho existentes em Empresas, Centros Comerciais, Centro de Emprego, Empresas de Trabalho Temporário,

subempregados e até incentivo à emigração. Casos há, também, em que muitos trabalhadores recorreram à formação profissional, habilitando-se com novas competências por informação, exemplo ou estímulo de companheiros de trabalho ou de outros contactos.

E, ainda, em certos casos, aparece como estratégia de sobrevivência o uso da rescisão de contrato por falta de pagamento de salários ou insolvência da empresa e para o acesso ao subsídio de desemprego

Finalmente, com a situação de desemprego poderá emergir a **perda de estatuto social associado ao trabalho** e, na medida em que o reconhecimento social de que se gozava se altera, poderão gerar-se sentimentos de inutilidade social, até mesmo, por ação do Estado que com a desregulamentação desse mesmo mercado de trabalho o faz adquirir uma legitimidade jurídica.

A pesquisa de Paugam sobre os processos de **desqualificação social** leva-o a afirmar que estes ocorrem sob o cenário da nova pobreza

- *“A degradação do mercado de trabalho com a multiplicação de empregos instáveis e o forte crescimento do desemprego de longa duração, mas também para o enfraquecimento dos laços sociais, cujos principais sintomas são o aumento das ruturas conjugais e o declínio das solidariedades de classe e de proximidade”* (Paugam, 2003: 13).

Há um distanciamento do mundo do trabalho que é comum a um número dilatado de sujeitos e que *“é acompanhado, em muitos deles, por um afastamento da vida social, por uma crise de identidade, por problemas de saúde (depressão) e, em certos casos, por uma rutura familiar”* ((Paugam, 2003: 13).

Contudo, a circunscrição dos horizontes de expectativas de emprego e a acumulação de negativos sentimentos de inutilidade, poderá levar os indivíduos a romperem totalmente com a sociedade.

Então, *“com a perda do emprego, o trabalhador não perde somente o seu salário, perde o seu estatuto de trabalhador, a sua organização do tempo e do espaço, a sua sociabilidade no café, as suas relações com os companheiros no final do dia de trabalho”* (Paugam, 2003: 16).

Deste modo, nessa situação, *“o desempregado perde rapidamente os seus principais pontos de referência e experimenta uma crise profunda de identidade”* ((Paugam, 2003: 16).

O prolongamento da *fase de fragilidade* poderá desembocar numa situação de dependência.

Na base desta transformação, está a aceitação da *“ideia de serem dependentes e de manterem relações regulares com os serviços de ação social para obterem uma garantia de rendimento e ajudas diversas, porque lhes é impossível proceder de outra maneira* (Paugam, 2003: 17)

3 - Desemprego e sofrimento

3.1 - Desemprego e sofrimento psíquico. A ideia da existência de uma psicopatologia do desemprego já foi fundamentada por diversos autores (Angerami & Santos, 1984; Seligmann-Silva, 1994; Lima & Borges, 2002), que admitem que, sobretudo o desemprego prolongado, pode criar uma situação propícia à emergência de distúrbios mentais característicos. Neste caso, é comum a desestruturação de laços sociais e afetivos, que podem ainda causar restrição de direitos, insegurança socioeconômica, redução da autoestima, sentimento de solidão e fracasso, levando, com frequência, à evolução de distúrbios e dependência de drogas como o álcool (Lima & Borges, 2002).

Alguns estudos internacionais também indicaram o desemprego associado a desfechos clínicos como à depressão (Gallo et al, 2006; Price, Choi & Vinokur, 2002; Stankunas, Kalediene, Starkuviene & Kapustinskiene, 2006), a ansiedade (Comino & cols., 2003; Stankunas & cols., 2006) e baixo sentimento de bem-estar (Carrol, 2007; Kennedy & McDonald, 2006).

O trabalho, compreendido como atividade genérica, é uma forma de relação com coisas e pessoas e, por isso, forma identidades, jeitos de ser e existir num mundo compartilhado. Por tudo isto, o desemprego e a insatisfação no trabalho estão, muitas vezes, na origem de *experiências de desenraizamento, solidão, desamparo e desespero, como atestam as queixas trazidas por esta clientela.* (Sato & Schmidt, 2004). 238 Aletheia 27 (1), jan./jun. 2008

Segundo Goulart e Guimarães (2002), a respeito das repercussões psicossociais, o que tem sido apurado é a vivência do desemprego com um forte sentimento de desagregação social e pessoal. Os resultados são alarmantes e indicam que o desemprego pode culminar em depressão, angústia, sentimentos de impotência e de culpa, perda da autoestima, alcoolismo, tabagismo, uso de drogas em geral, conflitos conjugais e familiares, isolamento social e até suicídio: “... *A questão de não haver trabalho, ter de me separar, esta foi a coisa que mais me marcou...*”, Fernando

Todas estas experiências de condições adversas da situação de desemprego foram, muitas vezes, observadas nas falas de outros dos entrevistados:

- “*Várias vezes pensei pôr uma corda ao pescoço*”, Crespo

- “... *Por mais que a gente tente fazer, a gente não consegue, não dá, não vale a pena...*” Porfírio

- “*Não me interessam visitas de amigos nem estabelecer convivência. Não vale a pena*”, Francisco

3.2 - “Desemprego e sofrimento social”

A noção de sofrimento social é utilizada para descrever as problemáticas a nível da saúde mental, atraso intelectual, toxicomania ou tendência para o erro. Mas também é importante apresentar uma analogia destas problemáticas com o sofrimento do estigma social. Para estes mais do que a sua deficiência ou atraso mental é o olhar dos outros que faz deles sub-pessoas, seres sem valor e sem dignidade.

O sofrimento social existe quando o meu ser psíquico é abalado pelo meu ser social e acontece pela passagem da existência de um laço social caracterizado pela integração do conflito para uma situação caracterizada pelo desligamento social. Enfraquecem os pontos de apoio e dá-se uma precarização das condições de confiança. O termo “sofrimento” é muitas vezes de natureza individual enquanto o de “social” se refere ao coletivo. A união destes dois termos, permite compreender a dor que uma pessoa vive em ligação com a sua condição social. Estes sofrimentos coletivos são muitas vezes constituídos por exclusão, vergonha, pobreza e humilhação.

Segundo Kleinman (1997: 11) “*A problemática do sofrimento social desafia as categorizações médicas, psicológicas e psiquiátricas na medida em que coloca primeiramente em evidência a ligação dinâmica que existe entre os dramas pessoais e os conflitos sociais.*”

Paul Ricoeur (1994) identifica um certo número de fenómenos para explicar o sofrimento social. Situa-os em dois eixos octogonais. Sobre o primeiro eixo situa uma graduação da relação de si com os outros e o segundo a diminuição do poder de agir. Quanto mais o olhar do outro é negativo, mais a pessoa se sente limitada para se tornar interveniente. Refere que o sofrimento social afunda o indivíduo na solidão e no isolamento. O indivíduo pode mesmo considerar o outro como um seu inimigo, vendo-o como responsável pelo seu sofrimento. Pode até acontecer que o indivíduo se resigne a este sofrimento e o considere como fazendo parte do seu destino.

Sobre o eixo da diminuição do poder agir, certos autores corroboram o pensamento de Paul Ricoeur. Acrescentam que o indivíduo que se sente vítima perde o controlo da sua vontade e do seu querer, ou seja, a incapacidade de autoestima. Da culpabilidade à

vergonha, da depressão à melancolia, com uma perspectiva aterrorizadora dum sofrimento que inflige a si mesmo ao nível do seu próprio “self” (identidade).

O processo de “sofrimento social” conjuga-se com “*uma dor de existir*”, ligada à condição importante de experimentar que o sofrimento é “tributário” do contexto socio-cultural, das reações, dos ecos de que se apercebe sobre si, das palavras e dos comportamentos dos outros.

O sofrimento social pode também transformar-se em espaço de possibilidades. Jocelyne Lamoureux sublinha que “*o sofrimento pode tornar-se em memória (da falta cometida, da violência), saber e estratégia de recuo*” (Lamoureux J., 2003: 2).

Ricoeur (1994) insiste também sobre a tensão entre o sofrer e o agir, sobre o facto do sofrimento fazer a pessoa tornar-se mais dura, mas também de perseverar no desejo de ser e do esforço para existir. Assim, o sofrimento social pode tornar-se uma metamorfose e uma experiência social de reabilitação

O indivíduo contemporâneo está confrontado com a angústia perante a vida, fragilização dos pontos de apoio e a precarização das condições de confiança.

Paugam (2003) refere que é o olhar da sociedade que etiqueta ou desqualifica a pessoa com rendimento baixo.

A Susana relata isso mesmo: – “*As pessoas com quem me dava deixaram de me telefonar, não sei se por me verem vir buscar comida ao restaurante Social*”

Paugam (2003) afirma, ainda, que a sociedade constrói ou desconstrói a identidade pessoal e, por esse facto, classifica a inferioridade do estatuto duma pessoa que conduz a uma desinserção social, a um “*movimento de desqualificação de certos indivíduos, da sua descida na escala social e da rutura dos laços sociais*” (De Gaulejac e Taboada Lónetti, 1994:19). Portanto, em última instância, inicia-se um processo de deterioração da qualificação social do sujeito, ou, como diria Paugam (2003), a possível escalada de um percurso de desqualificação social.

4 - Consequências do desemprego na e vida social e política

Vários dos testemunhos recolhidos patenteiam claramente a complexidade e diversidade das consequências que o desemprego gera a nível da vida social e política:

- “*...Não me sinto de cá, não me sinto deste mundo, não sei viver com esta situação...todos os dias ando à procura de trabalho...já me disseram que se eu não tivesse a idade que tinha, tinha trabalho... Então estou velho para o trabalho e não*

estou velho para a Reforma, fiz essa pergunta a mim mesmo... O que eles querem é gente nova... Tenho que me resignar à insignificância dos outros...” Joaquim Paiva

E continua, exprimindo sentimentos cruzados:

- *“...Não é agradável viver sozinho... As circunstâncias deste país obrigam-nos a não só viver sozinhos, como andarmos sozinhos e morrermos sozinhos...é o que estes indivíduos querem... O povo é tão cego que vota neles... Não estou vencido da vida... Não me dou por vencido, quando me der por vencido não vale a pena lutar pela vida, mas eu luto pela vida...”* Joaquim Paiva

À pergunta sobre que título daria à Entrevista que lhe fiz, a resposta foi imediata:

- *“...A desventura de um homem só...”*

E a Maria fala sem rodeios: -*“Perdi a vergonha e vim pedir de comer ao Restaurante Social. Roubar é que é vergonha! Assim a tivessem esses bandidos que roubam o país!”*

4.1 - Mutações e vivências relativamente aos valores da união, solidariedade e justiça no percurso dos desempregados

No âmbito da pesquisa pretendia saber se havia mutações relativamente aos valores da união, solidariedade, justiça no percurso dos desempregados. Mas para, além disso, cabem, também nela, por um lado, uma história e uma identidade operárias marcadas pela experiência, tantas e tantas vezes, construída em lutas travadas em circunstâncias extremamente penosas e mesmo heroicas pela afirmação da dignidade dos trabalhadores e pelos direitos essenciais à sua realização e, por outro, a constatação de que os valores da designada “classe operária” se vivem num enquadramento histórico que, indubitavelmente influencia, modela ou questiona a sua própria existência.

4.1.1 - Circunscrevi o objeto da minha análise a trabalhadores que nos seus percursos têm vivido situações de desemprego e/ou trabalho precário. Tive oportunidade de entrevistar outros que conseguiram através da formação profissional ou académica novos enquadramentos profissionais no mundo do trabalho, como o caso de Horácio que, tendo sido operário metalúrgico numa grande empresa, e no quadro de rescisões dos contratos de trabalho por “*mútuo acordo*”, decidiu prosseguir os estudos e é hoje professor do Ensino Básico. Tal como nos tempos de operário continua sindicalizado e a participar não apenas nas Manifestações da classe, mas empenhando-se em ações de voluntariado.

Os Sindicatos têm como seus grandes valores, a *“luta por uma sociedade fraterna sem exploração do homem pelo homem”*, o valor da democracia, da paz, da solidariedade internacional, da luta contra todas as formas de opressão e exploração, da dignificação do trabalho e do trabalhador, do direito à saúde e a um ambiente saudável, juntamente com a

luta por um nível elevado de emprego, coesão social o combate às desigualdades sociais e contra a injustiça e a defesa do direito à contratação coletiva e reformas dignas.

Mas até que ponto esta pureza de princípios e a beleza de ideais são vividos ou compatíveis com uma sociedade cada vez mais competitiva e onde a luta pela sobrevivência se pode sobrepor a uma consciência e a um projeto solidário?

Também não é de somenos importância ter em consideração traços duma cultura que colocando o enfoque sobre no *eu individual* e na sua realização, “estilhaça” a solidariedade e todos os seus laços.

E poderemos, ainda, considerar a sociedade consumista, que a par duma economia que coloca como seu fim quase exclusivamente o lucro, domina como senhor absoluto a natureza e lança os homens na busca incessante e permanente de bens materiais como o “paraíso da felicidade” e subalterniza outros valores e ideais que passam pela justiça, pela dádiva, pela construção de laços sociais e por uma nova sociedade solidária, justa e fraterna, sem exploração do homem pelo homem.

4.1.2 - Na pesquisa efetuada **cruzam-se, por um lado a valorização de ideais** (solidariedade, justiça, união, fraternidade, dignidade humana...) e das organizações dos trabalhadores, nomeadamente os Sindicatos (se bem que tenham sido apontados erros e críticas à sua atuação em momentos pontuais) e por outro, um desconhecimento do seu valor ou uma atual *desfiliação*.

4.1.3 - No caso dos **trabalhadores cujos percursos de vida de trabalho são bastante mais longos**, que viveram e trabalharam sob o regime da ditadura antes do 25 de Abril, estes apresentam uma valorização dos Sindicatos e recordam os valores que os mobilizavam, as causas que defendiam e o seu papel na conquista de regalias sociais. Ao procurar saber-se o que motivava a sua luta sindical ou política, tornou-se claro que o ponto de partida eram as más condições de vida.

Joaquina, 68 anos, reformada, afirma:

- “... Motivava aquilo que eu passei. Aquilo que os outros passaram, aquilo que os meus pais passaram. Isso dava-me força para lutar, tinha uma força muito grande para lutar contra a opressão, contra tudo, tudo quanto era de mau, a exploração... Foram os meus ideais... Estive sempre ligada ao Sindicato... Antes do 25 de Abril, já era sindicalizada...sempre andei para a frente com estas coisas... No Sindicato... Aprendi muita coisa... Aprendi a minha formação como pessoa... a falar e a dialogar comos outros... a ajudar os outros...”

Todavia, ela encontra, atualmente, diferenças:

- *“Antigamente uma pessoa ia para uma reunião, toda satisfeita... agora, a maneira como se fala, a maneira como falam das coisas, a maneira como se comportam... Há coisas que eu não tolero de maneira nenhuma... Isso não está nos meus ideais. Nos do meu partido...”*

Existem outras experiências que exprimem uma atitude menos idealista:

- *“...Só fiz uma vez greve, porque era do interesse de todos os trabalhadores... Não era decidida pelo partido X, não era do partido de nada...Não estou contra o direito à greve... Acho muito justo...eu vou para uma greve desde que se justifique... Mas hoje o povo não tem competência para fazer uma greve...”*Joaquim Paiva

E o desencanto manifesta-se em Joaquina:

- *“A tristeza que sinto pelo enfraquecimento dos Sindicatos pelo desinteresse dos jovens em filiar-se nas organizações sindicais e políticas e o desencanto por ver que os sistemas socialistas que representavam um horizonte de esperança para os trabalhadores ruíram. Ainda existem pessoas boas... Mas há anos atrás era uma geração muito boa... Uns morreram, outros estão muito velhos... Tinham amor ao partido, (aquilo que não existe)... Morriam pelo partido...”*

E perante o futuro dos jovens exprime os seus receios:

- *“Vejo uma juventude sem futuro, mas que quer lutar, lutar por uma vida melhor, por melhores condições de trabalho, para terem alguma coisa. Reconheço que o partido tem muitos jovens, vê-se muita juventude, mas falta a vivência no dia-a-dia daquela militância, a prática... Foi tudo por água abaixo.”*

Mas as críticas de Joaquim Paiva transformam-se em desejo:

- *“... Um Sindicato que fosse aberto e não partidário, isso é que é um Sindicato! Se o povo fosse unido...mas, não é!...O povo está acomodado. Este povo não tem garra, este povo não tem sentido... O povo só corre quando tem o “rabo” a arder... As pessoas estão acomodadas com estes Rendimentos Mínimos... Tenho esperança de que os trabalhadores saberão lutar contra a pobreza e as injustiças. Só com uma revolução a sério é que o país poderá voltar a ter trabalho para todos”*

A palavra final de Joaquina sintetiza a vontade e quase unânime de muitos trabalhadores:

- *“Queria que isto mudasse e que houvesse esperança, coisa que não vai haver; vai ser muito difícil! Para o ano... queria que todas as pessoas tivessem pão, paz e sossego. Que se modificasse todo o sistema, que houvesse paz para todos. É esta a minha vontade.”*

4.1.4 O caso dos jovens apresenta contornos um pouco peculiares. É certo que continuam a terem apreço pelos grandes ideais e personalidades da história que os encarnaram, mas têm dificuldade em assumirem coletivamente e, de forma persistente, ações ou organizações onde os possam vivenciar. É mais a cultura do efémero e não querem a sujeição a organizações clássicas, com disciplina, reuniões ou compromissos prolongados.

Vários deles mostram total desconhecimento do que significam os Sindicatos, a política assim como da própria história do Movimento Operário.

Curioso é que quando são postos ao corrente de acontecimentos do passado, das duras condições de vida então existentes, das lutas travadas pelos seus antepassados e da forma como foram conseguidos certos direitos sociais e laborais, então, mostram a sua admiração, embora não se sintam motivados a integrarem-se nas atuais organizações cívicas, sindicais ou políticas. Apesar de tudo, outros mostram o seu descontentamento e crítica:

- “ Os Governo? Eles querem mostrar aquilo que não são...a gente tem aquilo que tem e temos que viver com aquilo que há... Eles criam, eles criam as dívidas do país e depois o povo é que tem que pagar do bolso... está mal, eles criam as dívidas que as paguem eles...”, Custódio

Por vezes o **desinteresse** pelos assuntos de carácter sociopolítico é motivado pelo **desconhecimento**. Atentemos nas afirmações da Joana, jovem licenciada, após ter escutado a “história de vida” duma militante operária:

- Agora, compreendo, porque as pessoas de mais idade comentam sempre: “Já se viveu dias piores do que os de hoje!”. Hoje, o que mais temos são recursos para tudo e mais alguma coisa, mas mesmo assim, ainda existem jovens só com a 4ª, 5ª e 6ª classe; existe muito trabalho precário e também existe muito desemprego.

E constata: “Jovens sindicalizados ou formalizados a um partido são poucos, é verdade que houve uma evolução enorme a nível escolar, profissional, social, e até tecnológico e tudo mais, mas parece que também houve um maior acomodamento da parte do povo”,

Depois conclui:

- “Agora estou mais interessada em ter conhecimento de assuntos relacionados com a economia, justiça, mundo do trabalho, política, Sindicatos e Movimentos Sociais”.

A relação dos jovens com as instituições “tradicionais” e um certo desinteresse que manifestam em filiar-se nelas tem muito a ver com a chamada cultura do “efémero” do transitório. Na verdade os jovens facilmente deixam-se motivar por causas e aderem a formas espontâneas de protesto ou reivindicações, (lembre-se as ações do “indignados” que têm ocorrido em numerosas cidades do mundo inteiro), mas têm dificuldade em assumir compromissos duradouros e integrarem instituições a que esteja sujeitos e que os obriguem a uma certa disciplina, horários, reuniões, digamos, a uma “lógica de ação e compromisso”.

4.2 - A centralidade do trabalho como referência económica e simbólica

Da análise das entrevistas transparece, ainda, uma íntima **relação do trabalho com a estruturação interior e social das pessoas**. De certo modo a perda de trabalho corresponde à perda de sentido de vida.

A expulsão do mundo do trabalho e, conseqüentemente, a exclusão da sociedade faz com que os indivíduos desempregados passem a ser impedidos de uma vida dotada de algum sentido (Antunes, 2002). O trabalho, até então, tinha um caráter de servir como referência económica, social, cultural e, principalmente, psicológica (Castel, 1998). Por tudo isto, salienta-se a demasiada importância que o trabalho assume na vida das pessoas, sendo que ao cortar essa ligação, o trabalhador depara-se com a perda de todo esse investimento e de reconhecimento social e subjetivo.

No que diz respeito às questões sociais, ter um emprego significaria mais do que ter uma atividade assalariada, pois também compreenderia todos os elementos que a acompanham: *“reconhecimento de qualificação, acesso à formação contínua, condições de higiene e segurança e participação coletiva”* (Férreol citado por Santos, 2000. p. 54) e portanto a condição contrária, de estar desempregado, privaria o sujeito de tudo.

A última fase da desqualificação social é protagonizada pela rotura, *“produto de uma acumulação de fracassos que conduziu a uma forte marginalização”* (Paugam, 2003: 18). Estas situações são particularmente notadas nos casos dos “sem-abrigo”

5 – Desemprego, critérios e estratégias utilizadas para a recolocação no mercado de trabalho

Este tema engloba as principais formas pelas quais as pessoas entrevistadas garantem sua sobrevivência (fontes de rendimento principais e alternativas ou qualquer outro modo de sustento) e sua recolocação no mercado de trabalho (formal ou informal). Podemos incluir aqui questões de relevante interesse:

- Como é que os indivíduos e suas famílias, na prática se adaptam ou reagem face a esta experiência que pode ser inédita ou recorrente?
- Quais as formas concretas pelas quais se materializa a sua reação e adaptação?
- Como as podemos caracterizar?
- Quais são as vias, dispositivos ou recursos a que os indivíduos fazem apelo nestas circunstâncias?

- E se o desempregado já tem 50 anos e teve um bom cargo na empresa que, para redução de custos, o dispensou? O que pode fazer? Ao facto de já ser "velho" para trabalhar, o que à partida é um fator impeditivo até para ser convocado para qualquer entrevista de emprego, ainda se junta o facto de ter conhecimentos a mais para a vaga existente, negando-lhe imediatamente qualquer oportunidade de voltar a entrar no mundo do trabalho.

No caso das pessoas que entrevistei, todas afirmam desenvolver esforços no sentido da procura de emprego, mas lidam de diferentes formas perante o desemprego

Percebe-se que o tipo de procura é diferenciado, oscilando entre uma procura seletiva (licenciados), uma procura mais abrangente e uma procura difusa.

A procura seletiva tende a ser operacionalizada pelos entrevistados com níveis de escolaridade mais elevados ou com trajetórias profissionais avaliadas como qualificantes, razão pela qual a área profissional em que a procura ocorre acaba por ser mais específica. Para aqueles que não beneficiam destes apoios, a procura de emprego é mais regular. Estas pessoas sobrevivem muitas vezes de biscates (recolha e venda de metais, venda de bolos e salgados de fabrico próprio, pequenos trabalhos de remodelações de casa, arranjo de eletrodomésticos ...), de ajudas de familiares e de apoios de instituições de solidariedade social.

Outros motivos associados ao tipo de procura desenvolvido relacionam-se com a duração do subsídio de desemprego que ainda resta usufruir ou do RSI e com o tipo de suporte familiar existente.

- “Acho que há-de aparecer alguma coisa em que me sinta realizada, pelo menos, neste momento procuro isso. Não vou dizer que estou a responder a todos os anúncios, porque não estou. O que eu quero, neste momento, se calhar, é arranjar um emprego em que me sinta realizada. Já que estou à procura, procurar um emprego onde me sinta realizada.” Luísa, ajudante de esteticista”

Para outros, o que importa é encontrar qualquer tipo de trabalho, independentemente de horários e até do valor salarial, particularmente quando se sente uma frustração, um sentimento de inutilidade, ou então, a imperiosa necessidade de alimentar a família:

- “... Os meus filhos são a réplica dos meus olhos, tirando esta situação em que a gente se encontra, eles é que animam a gente ...O dia-a-dia, se não fossem eles, a gente não sabia o que é que havia de fazer, eles é que são a esperança da gente... Eu já não peço muito, um simples trabalho chega...”, Porfírio

- *“...Se eu tiver trabalho eu não me sinto doente, eu estou doente tanto psicologicamente como corporalmente...Eu sinto-me inútil...mas eu sei aquilo que sou... nunca, nunca me escondi ou fugi ao trabalho...”*, Joaquim Paiva

Apesar das diferentes modalidades de procura de trabalho evidenciadas, há algumas perceções comuns sobre os principais obstáculos à inserção profissional. Não obstante a amplitude etária dos entrevistados, a idade aparece como um obstáculo comum à inserção profissional.

O principal modo de sobrevivência dos entrevistados está diretamente relacionado com a vontade da sua participação no mercado de trabalho, visto que se constitui em sua fundamental, senão única, garantia de sobrevivência. É, portanto, intrínseca a relação entre modos de sobrevivência e inserção no mercado de trabalho. O acesso ao subsídio de desemprego e outros apoios da segurança social são vistos como ajudas insuficientes e temporárias.

Por outro lado também a duração do desemprego, o ser o casal ou apenas um dos membros a ficar desempregado, o número de filhos, os níveis de proteção social de que se disponha (muito relacionados com a qualidade do emprego anterior e do respetivo salário), as habilitações ou as redes familiares ou outras de que se disponha, as dívidas e outros compromissos financeiros têm impactos diferentes na vida dos indivíduos desempregados.

A situação torna-se tanto mais grave ou dramática nos casos de desemprego prolongado, fraca proteção social, ausência de recursos “de reserva” e fragilidades das redes de solidariedade familiares e outras.

As pessoas lidam de diferentes formas perante o desemprego. Aqueles que beneficiam do subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego ou rendimento social de inserção, por terem estes apoios, fazem uma procura de emprego mais seletiva, não pretendem aceitar emprego que lhes ofereça um rendimento inferior ao que têm.

Para aqueles que não beneficiam destes apoios, a procura de emprego é mais regular. Estas pessoas sobrevivem muitas vezes de biscates (recolha e venda de metais, venda de bolos e salgados de fabrico próprio, pequenos trabalhos de remodelações de casa, arranjo de eletrodomésticos ...), de ajudas de familiares e de apoios de instituições de solidariedade social.

Na procura de emprego, os desempregados consultam diariamente os jornais, procuram o apoio dos gabinetes especializados na procura de emprego, fazem visitas

regulares ao CE e às ETT, realizam candidaturas espontâneas nas empresas locais ou por e-mail e procuram oportunidades de emprego em conversa com amigos e conhecidos.

Em situação de desemprego, procurou-se também perceber qual a relação que se estabelecia entre os entrevistados e as instituições públicas de mediação do desemprego. Todos os entrevistados se encontravam inscritos no CE de Setúbal, A relação com o CE é imprescindível para todos os entrevistados que se encontram a usufruir do subsídio de desemprego, caso contrário, deixam de o receber.

Muitos ponderam trabalhar no estrangeiro, alguns já tentaram isso e tiveram más experiências (situações de incumprimento das condições prometidas, relativamente ao alojamento, ao ordenado ou contrato), outros tiveram experiências positivas e pretendem repeti-las.

Alguns, na tentativa de obterem melhores empregos, aproveitam o período de desemprego para realizar formações profissionais e/ou aumentar a escolaridade.

Procuram ainda trabalhar em áreas onde não têm experiência profissional, os trabalhadores da construção civil tentam ser operários fabris, as auxiliares de limpezas tentam ser operadoras de estufas...

Tratando-se das estratégias de recolocação no mercado, todos os sujeitos pesquisados demonstraram possuir uma certa “*desesperança*” que estava associada à ineficiência das táticas utilizadas. Apesar de os entrevistados geralmente adotarem mais de uma forma de buscar recolocação, eles reconheciam que nenhuma delas se mostrava verdadeiramente eficaz.

Comparações entre situação atual e passada

Vários dos entrevistados compararam sua atual condição de desemprego com a de períodos passados, estes sempre menos penosos, pois “*saía-se dum fábrica e ia-se para outra!*”, disseram alguns. Hoje perante o grande número de candidatos para cada vaga de emprego anunciada tornou-se necessária uma alta qualificação para ser um bom concorrente.

Por outro lado, o grande número de candidatos impede que se exijam melhores salários, já que sempre haverá a possibilidade de algum candidato aceitar o lugar por salário inferior.

Alguns dos entrevistados possuem experiências profissionais que dificilmente poderão ser tidas como positivas e valorizadas: longas trajetórias laborais, atividades rotineiras, baixos salários e ausência de recompensas de outra natureza. Nestes casos, a experiência laboral menos qualificante origina narrativas difusas e distantes da possível centralidade identitária do trabalho.

Uma diferença percebida na atual situação mencionada por vários trabalhadores, principalmente mulheres, foi a idade. As exigências em relação à idade fazem com que, algumas vezes, pessoas com mais de 30 anos, sejam descartadas como concorrentes para determinadas funções. O facto de o trabalhador exceder a idade requerida pela vaga, implica que seja, muitas vezes, cortado do processo seletivo, independentemente da sua experiência e capacidades pessoais. Certo é que também isto corresponde ao tratamento dado aos idosos na nossa sociedade que são constantemente desmerecidos e colocados à margem.

6 - Desemprego, insegurança, isolamento social e dependência dos serviços sociais

Sob outra perspetiva pode-se considerar que, se o trabalho influencia esferas diversas da vida do sujeito, a privação do mesmo terá de ter efeitos a níveis igualmente diferenciados, causador de assinalável impacto. Assim, a situação de desemprego pauta-se pela perda do salário, podendo gerar situações de precariedade económica, sobre endividamento e de empobrecimento relativo. O desemprego condiciona igualmente a impossibilidade de traçar planos de médio/longo prazo com uma probabilidade média de concretização. Esta limitação ocorre pela cristalização de sentimentos de insegurança e pela incapacidade de prever ou dominar margens de atuação futuras.

Por outro lado, o quotidiano das pessoas desempregadas poderá ser alvo de uma dupla desestruturação: temporal, porque há uma drástica mudança ao nível dos usos do tempo e espacial, porque o espaço de sociabilidade tende a confinar-se ao domínio doméstico. Neste sentido, poderá assistir-se a uma quebra das redes de sociabilidade pré-existentes.

6.1 - As políticas de “ativação” para os desempregados

Desde a década de oitenta, período de fortíssima crise económica e social em Portugal e mormente no distrito de Setúbal, de que “os salários em atraso” são uma

referência simbólica, as reconversões e reestruturações de empresas e sectores de atividade, que se geraram massas de desempregados que se gerou um quadro em que foram aparecendo algumas medidas de ativação de emprego, caso das ILE'S, “Balcões de Emprego” para apoiarem os desempregados, possibilidade de os desempregados receberem a totalidade do subsídio de desemprego, mediante a apresentação e posterior aprovação dum projeto de criação do autoemprego, individual ou associado e nos últimos anos através da “contratualização” decorrente do acesso ao RSI.

Mas uma análise objetiva demonstra-nos que estes dispositivos mais não passaram de “almofadas” temporárias entre situações de exclusão e hipotética reinserção no mercado de trabalho.

Existe um claro desajustamento entre algumas das medidas e os desempregados a quem se destinam. A maior parte dos destinatários não têm apoio a nível de organização, gestão, acompanhamento e formação adequada. Os próprios POC`s são um exemplo disso mesmo. Pode até considerar-se que, por vezes, a sua utilização por parte de empresários e instituições é perversa, pois servem-se destes dispositivos como mão-de-obra barata que vai garantindo, rotativamente, carências de recursos humanos, enquanto os utilizadores dos POC`s raramente conseguem a sua reinserção profissional e tendem a saltitar de POC em POC... numa lógica de exclusão regular do mercado de trabalho.

Muitos desempregados procuram melhor a sua qualificação profissional e escolar através de Cursos IEFP ou do Programa “Novas Oportunidades”. Mas são muitos também os que aproveitam a frequência sucessiva desse Cursos para assim obterem algum apoio financeiro e alimentar.

Em suma, as políticas ativadoras incluem a realização de forma continuada de um conjunto de diligências do candidato a emprego com vista à inserção socioprofissional no mercado de trabalho pelos seus próprios meios” e concretizam-se, designadamente, através das seguintes ações:

- a) - Respostas escritas a anúncios de emprego
- b) - Respostas ou comparências a ofertas de emprego divulgadas pelo CE ou pelos meios de comunicação social
- c) - Apresentações de candidaturas espontâneas
- d) - Diligências para a criação do próprio emprego ou para a criação de uma nova iniciativa empresarial
- e) - Respostas a ofertas disponíveis na internet

f) - Registos do *curriculum vitae* em sítios da Internet

Os procedimentos do CE exigem aos beneficiários das prestações de desemprego que façam prova dessa procura de emprego, através dos registos de resposta a determinadas ofertas ou, quando se dirigem diretamente às entidades empregadoras através de um carimbo dessa entidade que atesta a veracidade da procura que o beneficiário afirma. Todos os dias lidam com a frustração do futuro inseguro e vazio de expectativas, onde a preocupação em lidar com as despesas mensais e diárias não param, pois elas permanecem, ao contrário do emprego que deixou de existir por um motivo ou outro.

6.2 - Debilidade dos mecanismos protetores oficiais para os desempregados

Depois do período que decorre entre 1945-1975 em que a Europa conheceu um forte período de crescimento económico assente em políticas neo-kenesianas e em que a economia absorvia a mão-de-obra e os salários refletiam os ganhos de produtividade resultantes da modernização tecnológica, os empregos eram estáveis e as situações de desemprego eram passageiras e de curta duração e as medidas de redistribuição de riqueza eram asseguradas pelo Estado-Providência. Depois seguiu-se a crise. Nela as grandes reestruturações industriais levam ao emergir de novas formas de pobreza e o desemprego torna-se estrutural e permanente.

Nas últimas duas décadas o cenário agravou-se e a política de “*subsidização*” tornou-se incapaz de compensar os rendimentos perdidos além de fazer aumentar a despesa pública. Os montantes das prestações sociais são insuficientes para fazer face a um conjunto alargado de despesas, pelo que estes sujeitos experimentam situações de privação e também de endividamento. Diariamente acorrem milhares de pessoas aos CE e aos GIP’S espalhados pelo país em busca de oportunidades de emprego, mas cujas vagas apresentadas ou são manifestamente insuficientes, desproporcionadas com as qualificações profissionais que possuem, salarialmente não compensadoras ou implicando deslocações que comportariam custos financeiros ou desajustamentos familiares insuportáveis.

Em Portugal os montantes do Subsídio de Desemprego, do Subsídio Social de Desemprego, RSI, das Reformas, das Taxas Moderadoras, Exames Clínicos, Cirurgias e outros cuidados de prestação de saúde, além da diminuição dos seus períodos de vigência, têm vindo a sofrer drásticas restrições.

Perante este quadro, o Estado-Providência, em suposta crise ideológica e financeira, tem vindo a substituir a lógica passiva de “*subsidização*” por atitudes mais ativas de reinserção de desempregados através de políticas ativas de emprego, promovendo e incentivando a criação do próprio emprego, a formação e requalificação profissional dos desempregados, pelo prolongamento e melhoria da escolaridade dos jovens entre os 18 e 24 anos ou a obrigação de compensarem o apoio financeiro recebido em atividades socialmente úteis, políticas estas que rapidamente se estenderam pela Europa.

Todavia, apesar desta estratégia delineada nas Cimeiras do Luxemburgo em 1997 e Lisboa em 2000, e da interação entre a política económica e a política social e de emprego passarem a constituir cerne da nova agenda social da União Europeia, perante os cenários visíveis e assustadores do aumento do desemprego, da precariedade, das políticas de recessão e contenção de despesa pública impõe-se o fazer evoluir o Modelo Social Europeu numa estratégia de criação de emprego, austeridade, de combate às desigualdades e manutenção de direitos sociais e laborais dignificantes.

6.3 - A ação das instituições civis e religiosas no apoio aos desempregados

Como já lembrei, em Setúbal, desenvolveu-se uma consciência social que se materializou na criação de esquemas e dispositivos de apoio aos mais carenciados.

Sob forte pressão social e perante a gravidade decorrente da crise instalada, o governo criou o “*Plano de Emergência Social*” para o Distrito de Setúbal, com medidas que visavam o relançamento do tecido industrial ou o surgimento de empregos noutros sectores de atividade e lançou algumas novas políticas sociais no decorrer dos anos de que distribuição dos “Excedentes Alimentares da União Europeia” é um exemplo.

Não tendo por objetivo fornecer dados quantitativos, quero destacar a nível da sociedade civil, as inúmeras formas de ação social de que o “Banco Alimentar” é, sem dúvida, a expressão mais visível e significativa.

E no âmbito da Igreja Católica, têm sido particularmente numerosos e expressivos os dispositivos de ação solidária: “O Fundo de Solidariedade”, “Fundo Solidário de Emergência Social”, a Caritas diocesana e seus núcleos paroquiais, Centros Sociais Paroquiais com suas múltiplas valências de crianças, idosos, doentes, Grupos de Ação Fraterna, as Misericórdias, apoios diversos ao nível alimentar, roupas, medicamentos, rendas de casa, água, luz, o “Restaurante Social” em Setúbal, entre outros.

7 - Fatores importantes nos percursos de vida dos desempregados

Análise das entrevistas revela também que existem fatores fortemente condicionantes e determinantes nos percursos de vida de trabalhadores mais atingidos pelo desemprego e pela vulnerabilidade. Destaco primeiramente a sua **origem familiar**.

No decorrer das várias entrevistas e testemunhos de desempregados, ou na precariedade, sejam adultos, sejam jovens a referência à família, geralmente pobre, de raiz operária ou proveniente das zonas rurais surge de modo espontâneo e fluente. Falam de relatos da sua infância e das dificuldades vividas pelos seus progenitores. - *“Éramos oito irmãos. A minha mãe trabalhava nas conservas (o pior eram os meses de “defeso” em que não havia trabalho e o meu pai era pescador”* conta Joaquim Paiva

E Maria diz: *“Nasci entre as freiras! Não sei quem são os meus pais. Disseram-me que fui encontrada à porta dum Convento. A minha vida dava um livro. Nem imagina! “*

- *“Somos seis irmãos, três rapazes e três raparigas. Os nossos pais são pobres e emigrantes”*, lembra Joana

Joaquina com as lágrimas nos olhos, desabafa:

- *“... Era muito revoltante ver a minha mãe... da maneira como trabalhava e o meu pai e todo o resto das pessoas que me rodeavam... Vivíamos na miséria...Éramos oito irmãos. Eu chegava a pedir à minha mãe, à noite, “mãe eu tenho fome” e minha mãe dizia: dorme, que a mãe não tem nada para te dar...”*

E o Granadas recorda: - *“A minha infância foi marcada pelo sofrimento e pobreza. Éramos cinco irmãos e os pais. Os mais novos ficavam entregues aos cuidados dos mais velhos pois os pais eram vendedores ambulantes, faziam cestas com os juncos que iam buscar às ribeiras e andavam de terra em terra e passavam semanas sem virem a casa... Aos doze anos fui trabalhar”*,

Em segundo lugar, o **nível escolar** surge como importante particularmente nos desempregados mais velhos, ou mesmo em alguns jovens. Assim surgem estas afirmações:

- *“Andava descalço mesmo quando havia geada, e não me mandavam à escola. Encarregavam-me de levar o rebanho a pastar. Um dia a minha mãe passou por lá e ao ver-me cheio de frio e muito magro decidi levar-me com ela novamente para sua casa”*, diz o Granadas

- *“Fiz a quarta classe. Aos 10 anos comecei a trabalhar...”* conta Joaquim Paiva

- *“... A formação profissional foi o trabalho que eu tive...”*, diz Joaquina

“Só tenho o 8º ano de escolaridade. A minha mulher, a Catia, só tem o 4ºano. Tenho 26 e ela, 24 anos. “... Hoje torço a orelha, se soubesse aquilo que sei hoje, tinha aproveitado, mas só andava na brincadeira...” Custódio

8 - Os Sindicatos como instrumento insubstituível no combate ao desemprego

Partindo das diversas entrevistas efetuadas e transversalizando para a amplitude dos trabalhadores, os sindicatos, apesar das dificuldades que enfrentam e de novos desafios que lhes são colocados, mormente, a nível das políticas neoliberais, do patronato, do desemprego, da precariedade, da flexibilização, da globalização, continuam a ser o maior movimento social português.

O Movimento Sindical é, também, justamente reconhecido como um ator fundamental no desenvolvimento democrático da sociedade e sobretudo na consolidação dos direitos dos trabalhadores e uma voz diferente das outras forças e organizações na sociedade portuguesa e não é possível serem substituídos por outra coisa qualquer.

Carvalho da Silva (2012) defende que tendo sido os Sindicatos um dos pilares da construção da sociedade democrática quando estiver em causa a sua desestruturação interior o mesmo poderá conduzir á desestruturação do próprio regime democrático.

Nos últimos anos a precarização das relações laborais, a incerteza do posto de trabalho e a crescente pressão patronal, alguma burocratização de certos quadros, a dificuldade em saber como assumir as causas dos desempregados e precários além dos que têm emprego, condicionam e dificultam a adesão aos Sindicatos.

Mesmo tendo em conta a diminuição de filiados eles continuam com uma grande capacidade de mobilização e aglutinação de descontentamentos populares. São, ainda, referências reais de grandes valores, tais como, a *“luta por uma sociedade fraterna sem exploração do homem pelo homem”* o valor da paz, da solidariedade internacional, da luta contra todas as formas de opressão e exploração, da dignificação do trabalho e do trabalhador, o direito à saúde e a um ambiente saudável, juntamente com a luta por um nível elevado de emprego, coesão social, o Estado Providência ou de bem-estar, o combate às desigualdades sociais e a defesa do direito à contratação coletiva e reformas dignas.

Manuel Carvalho da Silva, sindicalista e Secretário Nacional da CGTP, ao longo de 25 anos na sua tese de doutoramento *“Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização - reflexões e propostas”* (Círculo de Leitores) lança como hipótese, a ideia dos Sindicatos como atores coletivos fundamentais para o desenvolvimento e transformação da sociedade, embora sujeitos a readaptações estruturais, organizacionais e estratégicas e professa uma forte *“crença”* no papel dinâmico do sindicalismo nos nossos dias. Afirma a grande a

convicção de que o trabalho é um valor no qual vale a pena acreditar enquanto referência estrutural e estruturante do futuro das sociedades em geral e da atividade sindical em particular, ou não fosse também o movimento sindical, “*até ao presente, o movimento social mais permanente da sociedade industrial e pós-industrial*” (p. 23).

9 - O Serviço Social como apoio à inserção social dos desempregados

Decorrente da análise dos resultados da pesquisa o Serviço Social aparece como muito importante para o processo de “*reconstrução identitária*” e da inserção social das pessoas privados de trabalho

A pesquisa efetuada, partindo das realidades, testemunhos e fundamentações teóricas, ajudou-me a relevar o papel do Serviço Social num quadro de possível privação de trabalho durante parte da vida de muitos indivíduos para que estes se sintam inseridos socialmente.

Todos os dias os Técnicos de Serviço Social se deparam com inúmeras situações de carência de trabalhadores desempregados, com salários baixos ou em trabalho precário e é solicitada a sua ajuda desde o apoio técnico ao preenchimento dos formulários adequados às candidaturas aos Programas de apoio no desemprego ao RSI, à ajuda alimentar e outras ajudas no âmbito da saúde, rendas de casa, água ou eletricidade.

É certo que o seu campo de intervenção se encontra limitado pelos limites das verbas a atribuir e pelos procedimentos que devem efetuar. Todavia, os dramas que escutam, a reflexão sobre as “*causas perdidas*”, a amplitude dos problemas e necessidades que lhes são apresentadas, não podem deixar de interrogar as práticas e atitudes que devem manifestar para com as pessoas a quem, por função institucional, devem prestar o seu auxílio.

Se é verdade que devem subordinar-se às orientações e procedimentos que lhes são transmitidos hierarquicamente, muito podem fazer ao nível da alteração de rotinas, atitudes e comportamentos e não devem de modo algum deixar de se questionar sobre as causas profundas que conduzem aos estados de carência e pobreza e sobre o seu contributo específico integrado num amplo movimento transformador da sociedade, diversificando-se em parcerias, trabalho em rede, consciencialização, formação crítica e, cívica ou política das pessoas e mesmo protagonizando ações interventoras.

Tudo isto contribuirá para que a sua maravilhosa profissão não se reduza a uma função administrativa e burocrática conivente com o *status quo*.

Trabalhar com os desempregados é encontrar-se num terreno complexo e difícil e ao mesmo tempo com muita fluidez. Ao primeiro entusiasmo sucedem-se, facilmente, inêxitos. Mas a dimensão dos problemas e carências e as causas profundas que as geram podem fazer também com que o Trabalhador de Serviço Social adquira comportamentos diferentes, pois, segundo Franssen, uma crise pode ser geradora de um espírito “*ofensivo*”, inovador, de “*revolta*”, reivindicativo e não dum estado de espírito “*defensivo*”, ou então um controlador burocrata e distante.

Desse seu posicionamento emergirá um perfil e um modo de acompanhamento diferente: ou burocrático, seguidista e distante ou centrado sobre o indivíduo como seu “*salvador*”, um acompanhante, favorecendo a aquisição de várias competências ou um mediador relativamente a empresas ou à Segurança Social. Estas reconfigurações alteram os fundamentos dos dispositivos de Acompanhamento Social, verificando-se a transição das lógicas de atuação, sendo que se deixa de intervir numa lógica de “*trabalho sobre o outro*” para uma lógica de “*trabalho com o outro*”.

O profissional de Serviço Social pode encontrar numa intervenção junto dos desempregados e precários uma forma privilegiada de apoio a um sector da população portuguesa em grande vulnerabilidade e em risco de exclusão social cujo número se vai, infelizmente aproximando dum milhão, para além dos precários, trabalhos intermitentes e dos ocupados temporariamente em ações de formação profissional.

Além disso, a sua ação muito poderia contribuir para a criação e multiplicação de núcleos de desempregados e dum trabalho em “*rede*” entre eles, desenvolvendo processos de parcerias com outras instituições de fins convergentes ou similares. Seria uma intervenção social solidária, combativa e entraria no coração da luta contra as desigualdades sociais, pelo direito ao trabalho e pela alteração desta sociedade e deste modelo económico capitalista.

Apresento a título de exemplo destas iniciativas a experiência do CAD de Setúbal que foi criado em 1988 por ex-trabalhadores da IMA com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul e que tem por finalidade:

- Acompanhamento de desempregados junto dos serviços da Segurança Social
- Intervenção com propostas concretas na discussão pública da legislação que envolva as situações de desemprego e reforma
- Formação profissional

- Recolha de informação e divulgação de todos os incentivos à criação de emprego próprio, individual e coletivo.

- Apoio à criação do próprio emprego a nível individual ou em grupo.

- Ações de solidariedade com desempregados

Uma das vertentes essenciais num trabalho de inserção social de precários e desempregados poderá ser, portanto, o impulsionamento da criação de núcleos e dum trabalho em rede entre eles e com instituições de objetivos similares.

Um Acompanhamento Social para o nosso tempo implica um profundo conhecimento do quadro de mutações que vão acontecendo nas sociedades contemporâneas, a utilização inteligente das novas regras das políticas sociais e dos dispositivos atuais, uma útil e adequada utilização de novas ferramentas, e uma atitude solidária do *trabalho com o Outro* num processo de consciencialização, tendo em vista a capacidade dos utentes em se transformarem protagonistas de mudanças de suas vidas e da sociedade.

IV – CONCLUSÃO

A ANÁLISE DOS RESULTADOS DA MINHA PESQUISA LEVOU-ME A TIRAR AS SEGUINTE CONCLUSÕES:

1 - Independentemente da trajetória profissional, familiar, idade e nível de instrução, todos os trabalhadores entrevistados falam do sofrimento. Mas esse sofrimento é diferente segundo os contextos: trabalhadores mais velhos, mais jovens (em particular os casais jovens com crianças), pessoas viúvas, divorciadas ou separadas.

2 - Independentemente do sexo ou da categoria de trabalho dos entrevistados, todos relataram o uso da rede de relações interpessoais, família ou amigos, como meio adotado para conseguirem os seus primeiros empregos.

3 - Em relação às estratégias de sobrevivência utilizadas percebe-se que todos os entrevistados contam com conhecidos e/ou familiares como ajuda no seu sustento outras necessidades imediatas.

4 – Mesmo num contexto de desemprego e precariedade a centralidade do trabalho continua como referência económica e simbólica.

5 – O desemprego e a precariedade provocam a desfiliação social e política, mas os valores históricos do Movimento Operário continuam a ser valorizados.

6 – O contexto de desemprego e trabalho precário preconizam a importância dum Serviço Social solidário e inovador.

Podem, pois, seguindo Max Weber, desenhar-se os seguintes Ideais-Tipo:

- Trabalhadores que tinham uma profissão qualificada entraram num processo de desqualificação profissional.

- Os jovens permanecem durante anos consecutivos em trabalho precário.

- Os trabalhadores militantes políticos e sindicais enfraqueceram a participação nas organizações sindicais e políticas devido ao desemprego e trabalho precário.

- Os trabalhadores desempregados ou em trabalho precário recorrem às redes de solidariedade familiar e outras.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS - Partindo da pesquisa efetuada, dos percursos de vida dos desempregados, das diversas consequências do desemprego em suas vidas no atual quadro político e económico afigura-se-me pertinente apresentar as seguintes considerações e objetivos:

3.1 - - Necessidade dum novo modelo económico e financeiro

A sociedade portuguesa assiste à crescente desvalorização do fator trabalho e à vulnerabilidade dos trabalhadores e carece, por isso, de transformações profundas nos sistemas económico e financeiro e no modelo de desenvolvimento dominantes. Na verdade, a proteção no desemprego está a baixar. São novas e corajosas atitudes no campo laboral e político para a procura de “*campos de entendimento*” entre os detentores do capital, o trabalho e o poder político sobre as principais desafios que se colocam à sociedade portuguesa e estratégias comuns.

3.2 - Trabalho, emprego e desemprego

No cenário atual a ação político-social no domínio do emprego deverá visar três objetivos fundamentais:

- a) - Pleno emprego - Na sua dimensão quantitativa, o pleno emprego implica a existência de emprego para todas as pessoas que o procuram e, na qualitativa, a realização pessoal de cada trabalhador/a, incluindo a sua participação na vida da empresa e nos processos de desenvolvimento, tão integral quanto possível, objetivo consagrado, há muito,

especialmente pela (OIT. Convenção nº 122, de 1964), assumindo o emprego digno o papel de carneira.

b) - Transformação **do sistema económico** - Este objetivo preconiza a «socialização» como quadro orientador dos sistemas económicos recomendáveis, isto é a vinculação democrática de toda a sociedade e do estado ao bem comum e ao bem de cada pessoa.

c) - Otimização **das condições de ação na vida empresarial**.

O terceiro objetivo da ação sociopolítica, no domínio do trabalho-emprego respeita à otimização das condições de ação no terreno. Condições relativas à própria atividade laboral, à informação, orientação e formação profissionais, à participação na vida da empresa, à proteção no desemprego, à articulação entre os sistemas de emprego, educação e proteção social, à congregação das diferentes entidades, públicas e privadas que trabalham no domínio dos recursos humanos.

3.3 - A urgência de reforçar o laço social

A profunda crise económica tenderá a agravar as desigualdades e os níveis de bem-estar da generalidade dos portugueses, afetando de modo profundo e devastador os mais pobres, os desempregados, as crianças e os idosos. Mas o que está em causa, de modo crescentemente mais claro, são as fragilidades dos modelos de produção e distribuição da riqueza e de conceção do trabalho que assentam na injustiça.

É urgente olhar com profundidade e sabedoria esta realidade com o crescente desmembramento do laço social e para a necessidade imperiosa e inadiável reconstrução desse mesmo laço.

Mesmo no seio dos trabalhadores e até em muitas empresas, a concorrência entre trabalhadores efetivos e os precários, profissões mais qualificadas e com elevado poder de intervenção e reivindicação e a crise por que passam os movimentos sindicais, sociais e políticos, torna patente que “*a solidariedade está estilhaçada*”.

Devem ser rejeitadas firmemente as teorias das inevitabilidades e estarmos conscientes de que a luta pela justiça e pelos direitos não tem limites.

Cidadãos, empresas, instituições e o Estado, todos, perante o drama e flagelo do desemprego e trabalho precário, não podemos deixar de nos sentir interpelados a criar caminhos alternativos à austeridade, empobrecimento e exclusão social e a procurar “campos de entendimento estratégicos” e políticas que se transformem em programas

concretos de promoção da inclusão de todos os cidadãos pelo trabalho digno e dignificante, para vivermos em paz, de forma duradoura e sustentada.

V - BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Domingos (1995). *Movimento Sindical. Organização Necessária e Indispensável*. Vértice, 68, 87-92.
- Amaral, João Ferreira do (1995), “Economia e o futuro do emprego”, in *Vértice Sindicalismo: os novos caminhos da sociedade n.º 68 II Série*, Setembro-Outubro, Lisboa.
- ALBERONI, F. (1993), *Valores*, Venda Nova: Bertrand Editora.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1995), “Evoluções Recentes e Valores na Sociedade”, in *Portugal Hoje*, Lisboa: INA.
- ALMEIDA, João Ferreira de e PINTO, José Madureira (1995). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença (1976 - 1ª edição).
- ALMEIDA, J. Ferreira (2003). *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Universidade Aberta.
- ANTUNES, Albertino (1975). *Intersindical: uma viragem?* *Vida Mundial*, 1982, 22.
- ANTUNES Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a entralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez / Unicamp.
- APPAY, B. (1997). “*Précarisation sociale et restructurations productives*”, in *Appay, B. e Thébaud*.
- ASTIER, Isabel. *Les nouvelles règles du social*.
- BARBERO, Josep Manuel e Cortès, Ferran. *Trabajo Comunitario – organizacion y desarrollo social*. Alianza Editorial.
- BECK, Ulrich (2000). *Un nuevo mundo feliz: la precaridad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidó.
- BOURQUE, Denis; Yvan, Comeau; Favreau, Louis e Fréchette, Lucie. *Organization communautaire*. Press de l'Université du Québec.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1997). *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- CABRAL, Manuel; Villaverd, Jorge Vala e Freire, André (org.), *Desigualdades sociais e Percepções de Justiça*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- CARAPINHEIRO, Graça (orgs.). *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?* Porto: Edições Afrontamento. P. 177-225.

CASTELLS, Manuel (1999). *A sociedade em Rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura, Vol.1*. São Paulo: Paz e Terra.

CASTELLS, Robert (1995). *Les Métamorphoses de la Question Sociale*. Paris.

CEAS 220_miolo.p65 26 29.12.05, 13:16. *O trabalho e os trabalhadores depois da reestruturação produtiva:...* Salvador Novembro/Dezembro 2005 nº 220 27.

CERDEIRA, Maria da Conceição e Padilha, Maria Edite (1989). *As estruturas sindicais portuguesas: uma análise evolutiva 1933 a Abril 1987*. Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social (Coleção Estudos, Série C - Trabalho; 6).

CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (1977). *O movimento operário em Portugal – Das origens à atualidade*. Lisboa: Departamento de Formação Sindical/ CGTP-IN.

COMISSÃO Nacional Justiça e Paz (2011), “*Vencer a crise e construir Portugal, na Justiça e na Solidariedade*”. Grafica Almondina, Torres Novas

CONSELHO Pontifício Justiça e Paz (2005), “*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*”. São João do Estoril, Cascais, editora Principia

COSTA, Alfredo Bruto da (2000). *Depoimento in Pobreza, exclusão: Horizontes de Intervenção*. Lisboa: INCM, p. 37-44. *Educação, Formação e Trabalho* (2000). Lisboa: INCM.

COSTA, Alfredo Bruto da (2000). “*Depoimento in Pobreza, exclusão: Horizontes de Intervenção*”. *Educação, Formação e Trabalho*. Lisboa: INCM, p. 37-44.

DURKHEIM, Émile (1986). *De la Division du Travail Social*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France.

ESTANQUE, Elísio (2005), “Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo”, in *Revista Crítica de Ciências sociais, nº 71*.

ESTANQUE, Elísio (2007), “*A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo*”, Finisterra – Revista de Reflexão Crítica, vol. 55/56/57, Lisboa, pp. 77-99.

ESTANQUE, Elísio (2009), “Trabalho e Sindicalismo – os impactos da crise”, *Revista Finisterra, vol. 65/66*, pp. 135-150.

FALEIROS, Vicente de Paula (1999), “Desafios do Serviço Social na era da globalização”, *Revista Serviço Social e Sociedade nº 61*, São Paulo: Cortez, p.153-186. McGraw-Hill, 1988.

- FALEIROS, Vicente Paula (2002). *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora.
- FAYARD Forrester, Viviane (1997). *O Horror Económico*. São paulo: ed. Unesp.
- FERNANDES, António Teixeira (1993). *Análise Social* Vol.XXIII (123-124) (4.º-5.º), 787-828.
- FRANSSSEN, Abraham (2009). *Un autre regard sur les jeunes enlisés dans le chômage*, Fondation Roi baudouin.
- FREIRE, João (1992). *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 43. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FREYSSINET, J. (1989), “*Nouvelles formes d’emplois et precarité*”, *Droit Social*
- GIDDNES, Anthony (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Ed. Presença.
- GOSTA, Esping Anderson e Palier, Bruno (2008), *Trois leçons sur l’État Providence*, Editions du Seuil et la Republique de Idées.
- GUERRA, Isabel. “*Participação e Acção Colectiva – Interesses, Conflitos e Consensos*”.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Principia Editora.
- HARDY, Guy e Darnaud, Thierry (2006). *Petit lexique pour l’usage du travailleur social*. Lyon: Editions Chronique sociale.
- HESPANHA, Pedro (coord.) (2007). *É o (des)emprego fonte de pobreza?: o impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social no distrito de Coimbra*. Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza.
- LIENARD, G (2007-2008), “*La situation de l’emploi e les responsabilités sociales*”, *in Insertion Socioprofessionnelle dès Publics Vulnérables L’observatoire N°56*.
- LIPIETZ, Alain (1998). *La société en sablier: le partage du travail contre la déchirure sociale*. Paris: La Découverte, p. 37-38.
- MACHADO, Pais (1987), “*Formes sociales et individuelles de transition à l’âge adulte du point de vue du quotidien des jeunes*”, *in Cercom-Germ, UA/CNRS n.º 377 (org.), Les Jeunes Face à l’Emploi*, Marselha: Commission des Communautés Européennes.

- MATTOSO, J.E.L. (1994). *Trabalho sob Fogo Cruzado*. São Paulo em Perspectiva, 8 (1): 13.
- MAXWELL, Joseph (1999). *La Modélisation de la Recherche Qualitati*. Fribourg: Ed.V Universitaires de Fribourg.
- MONTEIRO, Teresa Líbano, *Famílias e Novos Movimentos Religiosos/Trajectória Familiar, Individualização e Identidade Espiritual* . Tese de Doutoramento. Lisboa, ISCT
- MONY. Précarisation sociale, travail et santé. Paris: IRESCO-CNRS/INSERM.
- NINACS, A.Wiliam. *Le pouvoir dans la participation au développement local*.
- OIT (2004), *Por una Globalization Justa: Crear oportunidades para Todos*, Genebra: Comisión Mundial sobre La Dimensión Social de la Globalización.
- ORIANNE, J.F. “L’état social actif en action. Troubles de l’employabilité et traitement Clinique du chômage”, in Vielle P. Oochet Ph. Cassiers I., (dir) L’état social actif Chaipre 5, pp.179-205.
- PAIS, José Machado (1991). *Análise Social*, Vol. XXVI (114), (5.º), 945-987.
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto: Âmbar.
- PAUGAM, Serge (1999), “O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social” in Sawaia (orgs.), *Artimanhas da exclusão* (Barros e Silva, 2002: 140).
- PAUGAM, Serge (2000). *Le Salarié de la Précarité*. Paris: PUF
- PAUGAM, Serge (2003). *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a Nova Pobreza*. Porto: Porto Editora.
- PINTO, Carla (1988). “Empowerment, uma Prática de Serviço Social” in BARATA, O (coord), *Política Social*. Lisboa: ISCSP.
- QUIVY, Raymond e Campenhoudt, Luc (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- REBELO, Glória (1999), *A (In)Adaptação no Trabalho*, Celta: Editora Oeiras.
- RIFKIN, Jeremy (1996). *La fin du travail*. Paris: La Découvert.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (1995). “Atitudes da população portuguesa perante o trabalho”. *Organizações e Trabalho n.º 14*, pp.33-63.
- ROUSSELET, J. (1974), *L’Allergie du Travail*, Paris: Seuil.

- ROSA, Teresa, e Al. (coord.) (2000), *“Trabalho Precário: Perspetivas de Superação”*, Coleção Estudos e Análises nº 41, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- SANTOS, Boaventura Sousa de (1995), *“Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo”*, *Vértice*, 68, pp.132-139.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e FERREIRA, Sílvia (2002), *“A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflituantes”* in HESPANHA, Pedro.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org) (2004), *Trabalhar o Mundo: Os Caminhos do Novo Internacionalismo Operário*, Lisboa: Edições Afrontamento.
- SILVA, Augusto Santos (1988). *Entre a Razão e o Sentido: Durkheim, Weber e a Teoria das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carvalho. *Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização - reflexões e proposta*. Círculo de Leitores.
- SILVA, Manuel Carvalho da (2002). *Agir contra a corrente: reflexões de um sindicalista*. Porto: Campo da Letras.
- SILVA, Manuela (coord.) (2005). *O Trabalho na Economia e na Sociedade Portuguesa do século XXI: Desafios e Oportunidades para uma Nova Ecologia Social*. Comissão Nacional de Justiça e Paz.
- TOURAINÉ, Alain (1970), *A Sociedade Pós-Industrial*, Lisboa: Instituto Piaget.
- WEBER, Max. (1976), *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Vila da Feira: Presença.

VI - ANEXO A

GUIÃO

Percurso de vida profissional

- Idade do primeiro emprego e tipo de emprego
- Descrição dos vários empregos no percurso da sua vida profissional até ao momento em que ficou desempregado
- Profissões e responsabilidades profissionais que teve

Percurso de formação escolar e profissional

Caracterização da situação de desemprego: vivência e sentimentos

Caracterização das principais mudanças decorrentes da situação de desemprego:

- A nível económico
- Na vida pessoal, “self”/identidade
- Na forma de organizar o dia-a-dia
- Na vida da família: relações conjugais e ambiente familiar
- Na vida social e política
- Estratégias e meios para a sua recolocação no mercado de trabalho

Estratégias desenvolvidas para a sua sobrevivência e sua avaliação

- **Apoios do Estado**
- **Apoios da família**
- **Apoios de instituições**

Consciência do papel dos sindicatos e das organizações políticas

Perspetivas de futuro

Constantino Gonçalves Alves

